



Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais

Em 31 de dezembro de 2012

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanços patrimoniais

	Nota		Consolidado			Controladora	
<u>ATIVO</u>	explicativa	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	608.122	389.846	18.569	384.006	254.459	7.251
Contas a receber de clientes	8	21.309	5.152	3.918	157	-	-
Impostos a recuperar	9	7.095	1.512	1.274	6.636	1.307	1.118
Adiantamentos a fornecedores	10	4.310	13.479	121.059	2.746	4.701	116.091
Pagamentos antecipados		2.144	1.408	576	178	110	174
Cauções e depósios vinculados	11	25.403	40	59	40	40	59
Dividendos a receber		-	-	-	27.231	11.921	-
Outros créditos		915	393	105	916	392	4.852
Total do ativo circulante		669.298	411.830	145.560	421.910	272.930	129.545
NÃO CIRCULANTE							
Partes relacionadas							
Mútuo com controladas	26	-	-	-	70.264	25.229	48
Mútuo com controladores	26	-	244	164	-	244	164
Títulos de capitalização		25	25	25	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	11	82.791	11.875	12.019	451	449	444
Impostos diferidos	12	906	-	-	-	-	-
Ágio	13	119.272	119.272	119.272	119.272	119.272	119.272
(-) Provisão do ágio no momento da							
incorporação	13	(119.272)	(119.272)	(119.272)	(119.272)	(119.272)	(119.272)
Outros créditos		46	-	-	46	-	-
Investimentos	14	-	-	-	760.029	499.789	134.953
Outros investimentos		70	70	70	60	60	60
Imobilizado em serviço	15	1.507.775	196.337	196.310	13.028	7.980	2.927
Imobilizado em curso	15	417.128	994.200	77.390	53.374	44.636	33.276
Total do ativo não circulante		2.008.741	1.202.751	285.978	897.252	578.387	171.872
TOTAL DO ATIVO		2.678.039	1.614.581	431.538	1.319.162	851.317	301.417

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanços patrimoniais

	Nota		Consolidado			Controladora	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	16	159.391	19.566	8.100	5.615	2.059	5.989
Empréstimos e financiamentos	17	198.201	155.345	7.190	-	150.440	-
Impostos a recolher	18	6.439	2.262	1.263	1.999	1.033	787
Salários e férias a pagar		1.546	1.413	652	1.546	1.413	652
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	19	4.714	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		8	97	150	21		59
Total do passivo circulante		370.299	178.683	17.355	9.181	154.945	7.487
_							
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	17	1.000.126	753.870	125.599	-	-	-
Debêntures	17	305.195	-	-	305.195	-	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	19	10.938	-	-	-	-	-
Partes relacionadas							
Mútuo com controladas	26	-	-	-	12.562	12.087	1.577
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	84	74	·	84	74	
Total do passivo não circulante		1.316.343	753.944	125.599	317.841	12.161	1.577
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21						
Capital social		1.017.557	702.788	326.515	1.017.557	702.788	326.515
(-) Custos na emissão de ações		(36.112)	(34.241)	(13.686)	(36.112)	(34.241)	(13.686)
Reserva de capital		52.275	49.713	-	52.275	49.713	-
Prejuízos acumulados		(42.323)	(36.306)	(24.245)	(41.580)	(34.049)	(20.476)
Total do patrimônio líquido		991.397	681.954	288.584	992.140	684.211	292.353
TOTAL DO PASSIVO				·			
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.678.039	1.614.581	431.538	1.319.162	851.317	301.417
		·	·			·	

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações de resultados

	Nota	Conso	olidado	Contro	oladora
	explicativa	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			(reapresentado)		(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	115.639	36.553	141	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	23				
Depreciação e amortização		(32.942)	(5.667)	(1.315)	-
Custo de operação		(10.396)	(4.068)	(97)	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(5.480)	(1.155)		
Total		(48.818)	(10.890)	(1.412)	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		66.821	25.663	(1.271)	
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	23				
Gerais e administrativas		(41.870)	(37.563)	(38.976)	(34.453)
Depreciações		(781)	(1.190)	(774)	(1.183)
Outras despesas		(1.487)	(1.466)	(1.144)	(1.339)
Resultado de equivalência patrimonial	14			20.648	10.968
Total		(44.138)	(40.219)	(20.246)	(26.007)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO					
FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		22.683	(14.556)	(21.517)	(26.007)
REULTADO FINANCEIRO	24				
Receitas financeiras		27.423	20.078	21.472	16.807
Despesas financeiras		(49.994)	(14.910)	(7.486)	(4.373)
Total		(22.571)	5.168	13.986	12.434
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA					
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		112	(9.388)	(7.531)	(13.573)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	(6.479)	(2.673)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		350			
Total		(6.129)	(2.673)	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
Prejuízo por ação (expressos em reais - R\$):	28				
Básico		(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)
Diluído		(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fin	anceiras.				

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstração do resultado abrangente

	Cor	solidado	Con	ntroladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
		(reapresentado)		(reapresentado)	
Prejuízo do exercício	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações das madações do patrimonio ne	[0.2020	Capital	Social	Reserva d	le capital				
			Custos na	Reserva de benefícios a empregados			Total do	Daviere a	Total do
	Nota explicativa	Integralizado	emissão de ações	liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio	Prejuízos acumulados	patrimônio líquido Controladora	Reversão de ativo diferido	patrimônio líquido Consolidado
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011		326.515	(13.686)	-	-	(20.476)	292.353	(3.769)	288.584
Aumento do capital social - emissão de ações		376.273	-	-	-	-	376.273	-	376.273
Custos na emissão de ações	21.b	-	(20.555)	-	-	-	(20.555)	-	(20.555)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	26	-	-	49.713	-	-	49.713	-	49.713
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(13.573)	(13.573)	1.512	(12.061)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (reapresentado)		702.788	(34.241)	49.713	-	(34.049)	684.211	(2.257)	681.954
Aumento do capital social	21.a	314.769	-	-	-	-	314.769	-	314.769
Custos na emissão de ações	21.b	-	(1.871)	-	-	-	(1.871)	-	(1.871)
Ágio na emissão de ações	21.a	-	-	-	1	-	1	-	1
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	26	-	-	2.561	-	-	2.561	-	2.561
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(7.531)	(7.531)	1.514	(6.017)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.017.557	(36.112)	52.274	1	(41.580)	992.140	(743)	991.397

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Note	Car	nsolidado	Con	ntroladora
				31/12/11
		(reapresentado)		(reapresentado)
	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
15	22 722	6 057	2.090	1.183
				(413)
				836
		-		650
		_		_
		13.789		3.576
17		_	-	_
26		(1.215)	(2)	(5)
19	15.652	-	-	-
	2.025	14.633	2.025	14.633
12	(906)	-	-	-
20	10	-	10	-
14	-	-	(20.648)	(10.968)
	(16.157)	(1.224)	(157)	
				(189)
		(238)		(103)
		(832)		64
			(00)	19
		1.576	(570)	17
	(500)		(370)	
	139.825	11.466	3.556	(3.930)
	5.453	862	966	246
	133	-	133	-
	(89)	(7.652)	21	(3.846)
	(1.276)	137	_	_
17	(12.797)	(36.343)	(4.857)	(15.865)
	114.809	(9.627)	(21.892)	(28.232)
14, 31	-	-	(211.278)	(178.855)
14	-	-	-	(3.173)
15, 31	(134.219)	(4.975)	(7.166)	(4.326)
15, 31	(601.935)	(728.762)	(46.771)	(27.075)
	(736.154)	(733.737)	(265.215)	(213.429)
21	314 769	376 126	314 769	376.126
				(20.555)
	1	-	1	(
		987.689	-	150.000
			_	(2.364)
		-	301.883	(=1221)
		-		_
		(219.689)		_
	265	171	457	36.570
	_	-	(222)	(11.674)
	(19)	(241)	(46.237)	(39.234)
	839 621	1 114 641	416 654	488.869
	218.276	371.277	129.547	247.208
	389.846	18.569	254.459	7.251
	389.846 608.122	18.569 389.846	254.459 384.006	7.251 254.459
	26 19 12 20 14 17 17	explicativa 31/12/12 (6.017) 15 33.723 26 (2) 15 2.075 17 5.374 17 64 17 41.407 17 309 26 (2.590) 19 15.652 2.025 12 (906) 20 10 14 - (16.157) (5.583) 9.169 (736) (93.689) (568) 139.825 5.453 133 (89) 17 (12.797) 114.809 14, 31 - 15, 31 (134.219) 15, 31 (601.935) (736.154) 21 314.769 21.b (1.871) 21 1 17 386.333 17 (5.128) 17 301.883 17 (2.126) 17 (154.486) 17 (154.486) 1839.621	Comparison Com	Complexition Complex Complex

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações do valor adicionado

	Nota	Conso	lidado	Controladora	
	explicativa	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			(reapresentado)		(reapresentado)
RECEITAS					
Vendas de energia		120.078	37.938	160	-
Receitas relativas a construção de ativos próprios		49.246	81.234	19.269	21.406
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(15.876)	(5.223)	(97)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(32.208)	(15.000)	(28.971)	(13.529)
Valor adicionado bruto		121.240	98.949	(9.639)	7.877
Depreciação e amortização	15	(33.723)	(6.857)	(2.089)	(1.183)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		87.517	92.092	(11.728)	6.694
				(==::==)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	14	-	-	20.648	10.968
Receitas financeiras	24	27.423	20.078	21.472	16.807
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		114.940	112.170	30.392	34.469
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		19.095	52.169	18.558	17.089
Honorários da diretoria		5.975	10.094	5.975	10.094
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		11.918	5.003	887	98
Estaduais		1	-	1	-
Municipais		2	-	2	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	24	80.255	53.629	9.791	18.669
Aluguéis	23	1.852	3.159	1.852	1.393
Outros		1.859	177	857	699
Prejuízo do exercício		(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		114.940	112.170	30.392	34.469
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações finance	iras.				

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.753/0001-64, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em fase de construção e pré-operacional, em 31 de dezembro de 2012:

- Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra"). Sediada no Estado da Bahia, a Enerbras possui participação societária na controlada:
 - Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras, no âmbito do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A ESPRA entrou em operação em 2008.
- Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital
 fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente
 na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, a Nova Renova
 possui participação societária nas seguintes controladas:
 - Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:
 - Centrais Eólicas Pindaí S.A. ("Pindaí"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pindaí, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Igaporã S.A. ("Igaporã"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Igaporã, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. ("Licínio de Almeida"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Licínio de Almeida, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Candiba S.A. ("Candiba"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Candiba, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Ilhéus S.A. ("Ilhéus"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ilhéus, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:
 - Centrais Eólicas Alvorada S.A. ("Alvorada"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Alvorada, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
 - Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. ("Pajeú do Vento"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pajeú do Vento, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
 - Centrais Eólicas Planaltina S.A. ("Planaltina"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Planaltina, localizado no Estado da Bahia. Em regime de

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.

- Centrais Eólicas Rio Verde S.A. ("Rio Verde"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Rio Verde, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Guirapá S.A. ("Guirapá"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guirapá, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A. ("Nossa Senhora"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Nossa Senhora da Conceição, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Guanambi S.A. ("Guanambi"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Guanambi, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Porto Seguro, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Centrais Eólicas Serra do Salto S.A. ("Serra do Salto"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Salto, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2009 (LER 2009). O parque tornou-se apto a operar em 2012.
- Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Sediada no Estado de São Paulo, as sociedades nas quais participam são:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Morrão, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ventos do Nordeste, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Seraíma, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Tanque, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas dos Araças S.A. ("Araças"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Araças, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Prata"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Prata, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva 2010 (LER 2010). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pelourinho, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Ametista, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Borgo, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Serra do Espinhaço, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Caetité, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Dourados, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Espigão, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Pilões, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron"), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico Maron, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 (LEN 2011). O parque eólico está em fase de construção.
- Centrais Eólicas São Salvador Ltda. ("São Salvador"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2012.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Centrais Eólicas Santana Ltda. ("Santana"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Arapuã Ltda. ("Arapuã"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Conquista Ltda. ("Conquista"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Cedro Ltda. ("Cedro"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Bela Vista Ltda. ("Bela Vista"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda. ("Riacho de Santana"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Elétricas Botuquara Ltda. ("Botuquara"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Centrais Elétricas Itaparica Ltda. ("Itaparica"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte eólica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Renova PCH Ltda. ("Renova PCH"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica através de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora"), controlada direta, subsidiária integral limitada, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. A empresa está em fase pré-operacional.

Medida Provisória nº 579 (MP 579)

Foi publicada no dia 11 de setembro de 2012, a MP 579, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e sobre a redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária. De acordo com a MP 579, as concessões de energia elétricas outorgadas antes da publicação da Lei das Concessões (Lei nº 8.987/95) e não licitadas poderão ser renovadas, uma única vez, por prazo de até trinta anos, desde que os concessionários aceitem remuneração exclusivamente via tarifas para cobertura de custos de operação e manutenção (O&M), encargos, tributos e, quando couber, uso de transmissão e distribuição. Alguns encargos

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

setoriais serão eliminados ou reduzidos, sendo que as utilizações desses encargos serão mantidas por meio de aportes do Tesouro.

Os ativos de geração da Companhia não sofreram nenhum impacto imediato advindo da MP 579 no tocante à prorrogação das concessões, dado que a exploração de nossos ativos é feita por meio de autorizações, e que tem seus vencimentos somente a partir de 2033.

A MP 579, foi convertida na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"); e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Essas políticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos, no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nos CPCs, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme previsto no CPC 43 (R1), o patrimônio líquido e o prejuízo apresentados nas demonstrações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, divergem do patrimônio líquido e do prejuízo consolidado, em função: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado de controlada, também nessas demonstrações. As reconciliações do patrimônio líquido e do lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão apresentadas na nota 2.2.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2013.

2.2 Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)

As reconciliações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstradas como segue:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

		Patrimônio líqui	Prejuízo do exercício			
	31/12/2012	31/12/2012 31/12/2011 01/01		31/12/2012	31/12/2011	
		(reapresentado) (reapresentado)			(reapresentado)	
Controladora (CPC)	992.140	684.211	292.353	(7.531)	(13.573)	
Baixa do ativo diferido e reversões						
das respectivas amortizações no resultado	(743)	(2.257)	(3.769)	1.514	1.512	
Consolidado (IFRS)	991.397	681.954	288.584	(6.017)	(12.061)	

Descrição das diferenças entre as políticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo:

Ativo diferido:

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixou contra prejuízos acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido, enquanto foi mantido na posição individual (CPC) da controlada indireta Espra, visto que para fins dessas demonstrações financeiras a Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Atualmente a Companhia registra provisão para riscos cíveis relativos a processos administrativos os quais são revisados pelo menos trimestralmente.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Imobilizado (nota 15);
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 20);
- Transações com partes relacionas (nota 26);
- Instrumentos financeiros (nota 27)

2.6 Reclassificação e ajustes dos saldos contábeis

A Companhia revisou as políticas de CPC e verificou que os registros sobre o Plano de Opção de Compra de Ações não refletiam todos os impactos necessários nas demonstrações financeiras consolidado e individuais conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 10 (vide nota 26).

Desta forma elaborou os cálculos necessários para demonstrar os impactos desse plano durante o exercício de 2011. Como apresentado nos demonstrativos abaixo, esse ajuste resultou no aumento dos saldos registrados no imobilizado em curso, na reserva de capital e no resultado do exercício:

3	31/12/2011									
		C	Consolidado			C	ontroladora			
	Apresentado				Apresentado					
Ativo	ante riormente	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	ante riorme nte	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado		
Circulante										
Total do ativo circulante	411.830			411.830	272.930			272.930		
Não circulante										
Outros ativos não circulantes	208.551	-	-	208.551	33.962	-	-	33.962		
Investimentos	-	-	-	-	464.709	35.080	-	499.789		
Imobilizado em curso	959.120	35.080	-	994.200	44.636	-	-	44.636		
Total do ativo não circulante	1.167.671	35.080		1.202.751	543.307	35.080		578.387		
Total do ativo	1.579.501	35.080		1.614.581	816.237	35.080		851.317		
Passivo										
Circulante										
Outros passivos circulantes	23.241	-	-	23.241	4.505	-	-	4.505		
Empréstimos e financiamentos	154.314	-	1.031	155.345	149.409	-	1.031	150.440		
Encargos sobre empréstimos	1.031	-	(1.031)	-	1.031	-	(1.031)	-		
Outras contas a pagar	171		(74)	97	74		(74)			
Total do passivo circulante	178.757		(74)	178.683	155.019		(74)	154.945		
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	739.440	-	14.430	753.870	-	-	-	-		
Encargos sobre empréstimos	14.430	-	(14.430)	-	-	-	-	-		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	74	74	-	-	74	74		
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	12.087	-	-	12.087		
Total do passivo não circulante	753.870		74	753.944	12.087		74	12.161		
Total do passivo	932.627			932.627	167.106			167.106		
Patrimônio Líquido										
Capital social	702.788	-	-	702.788	702.788	-	-	702.788		
(-) Custos na emissão de ações	(34.241)	-	-	(34.241)	(34.241)	-	-	(34.241)		
Reserva de Capital	-	49.713	-	49.713	-	49.713	-	49.713		
Prejuízos acumulados	(21.673)	(14.633)	-	(36.306)	(19.416)	(14.633)	-	(34.049)		
Total do patrimônio líquido	646.874	35.080		681.954	649.131	35.080		684.211		
Total do passivo e do patrimonio líquido	1.579.501	35.080		1.614.581	816.237	35.080		851.317		

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações de Resultado

•			31/12/	2011		
<u> </u>		Consolidado			Controladora	
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	36.553	-	36.553	-	-	-
Custo dos Serviços	(10.890)	-	(10.890)	-	-	-
Lucro bruto	25.663		25.663			
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(22.930)	(14.633)	(37.563)	(19.820)	(14.633)	(34.453)
Depreciações e amortizações	(1.190)	-	(1.190)	(1.183)	-	(1.183)
Outras despesas	(1.466)	-	(1.466)	(1.339)	-	(1.339)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>-</u>			10.968		10.968
Total	(25.586)	(14.633)	(40.219)	(11.374)	(14.633)	(26.007)
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	77	(14.633)	(14.556)	(11.374)	(14.633)	(26.007)
e impostos		(14.033)	(14.550)	(11.5/4)	(14.033)	(20.007)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	5.168	-	5.168	12.434		12.434
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	5.245	(14.633)	(9.388)	1.060	(14.633)	(13.573)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.673)	-	(2.673)	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	2.572	(14.633)	(12.061)	1.060	(14.633)	(13.573)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	31/12/2011								
		Consolidado		Controladora					
	Apresentado				Apresentado				
	ante riorme nte	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	ante riorme nte	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro (Prejuízo) do Exercício Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com	2.572	(14.633)	-	(12.061)	1.060	(14.633)	-	(13.573)	
o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:									
Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações	-	14.633	-	14.633	-	14.633	-	14.633	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:									
Cauções e depósitos vinculados	19	-	1.359	1.378	19	-	-	19	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Aquisição de imobilizado em serviço	(4.973)	-	(2)	(4.975)	-	-	-	-	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
Cauções e depósitos vinculados	1.359	-	(1.359)	-	-	-	-	-	
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	978.827	-	8.662	987.489	147.636	-	2.364	150.000	
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.660)	(8.660)	-	-	(2.364)	(2.364)	

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2011								
		C	ons olidado		Controladora				
	Apresentado				Apresentado				
	ante riorme nte	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	anteriormente	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	
Receitas									
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	36.553	_	1.385	37.938	=	-	-	=	
Receitas relativas a construção de ativos próprios	=	-	81.234	81.234	=	-	21.406	21.406	
Insumos adquiridos de terceiros									
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16.017	-	(1.017)	15.000	-	-	-	-	
Distribuição do valor adicionado Pessoal									
Salários e encargos	5.170	5.606	41.393	52.169	5.170	5.606	6.313	17.089	
Honorários da diretoria	1.067	9.027	-	10.094	1.067	9.027	-	10.094	
Tributos									
Federais	3.618	-	1.385	5.003	98	-	-	98	
Remuneração de capitais de terceiros:									
Juros	13.789	-	39.840	53.629	3.576	-	15.093	18.669	
Aluguéis	2.142	-	1.017	3.159	-	-	-	-	
Outros	176	-	1	177	=	-	-	-	
Lucro (prejuízo) do exercício	2.572	(14.633)	-	(12.061)	1.060	(14.633)	-	(13.573)	

2.7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e consolidadas.

a) Instrumentos financeiros (nota 27)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a.1) Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia e suas controladas possuem classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o Caixa e equivalentes de caixa (nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas possuem Cauções e depósitos vinculados classificados nessa categoria.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nesta categoria.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Contas a receber de clientes (nota 8);

Adiantamentos a fornecedores (nota 10); e

Transações com partes relacionadas (nota 26).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

• tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compreendem:

Fornecedores (nota 16);

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17); e

Transações com partes relacionadas (nota 26).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

a.2) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

a.3) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações preferenciais dão direito de voto restrito e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios são definidos em Estatuto e quando consignados ao final do exercício, conforme descrito na nota 21.d, são reconhecidos como passivo.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

c) Imobilizado (nota 15)

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

e) Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas e parques eólicos.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 26.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício (Controladora) ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

i) Imposto de renda e contribuição social

Imposto corrente

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas companhias consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluídos, nos exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

k) Informações por Segmento (nota 6)

Os resultados que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

l) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de

Transição.

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

Pronunciamento	Data de entrada em vigor
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Negócios em Conjunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de outro Resultado Abrangente	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012.
Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e passivos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações às IFRSs 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Modificações às IFRSs 10, 11 e 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Modificações às IFRSs	Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros*, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação — Sociedades de Propósito Específico será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Em junho de 2012, as modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação destas IFRSs pela primeira vez.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

Modificações à IAS 1

As modificações à IAS 1 foram realizadas de forma a permitir consistência e clareza na apresentação de itens em Outros Resultados Abrangentes. A principal mudança foi a exigência de divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de "juros líquidos", calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações à IAS 16 Imobilizado as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque; e
- alterações à IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação as alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o lucro.

Impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção, mas somente em possíveis divulgações adicionais.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Princípios de consolidação

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas mencionadas na nota 1 Demonstrações Contábeis consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- reversão dos saldos das contas de ativo e resultado do ativo diferido da controlada Espra (nota 2.2).

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas da Companhia. Os critérios de consolidação integral foram aplicados, conforme o quadro a seguir:

				% Partic	cipação	
			31/12	2/2012		2/2011
РСН	_	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A.		Integral	100,00		100,00	
Energética Serra da Prata S.A.	(a)	Integral na Enerbras		99,99		99,99
Renova PCH LTDA	(*)	Integral	99,00		99,00	
				<u>% Par</u> tio		
				2/2012		2/2011
Eólico	_	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Nova Renova Energia S.A. (Holding)		Integral	99,99		99,00	
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding)		Integral na Nova Renova		100,00		100,00
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(b)	Integral na Bahia Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(b)	Integral na Bahia Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(b)	Integral na Bahia Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(b)	Integral na Bahia Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(b)	Integral na Bahia Eólica		99,99		99,99
Salvador Eólica Participações S.A.		Integral na Nova Renova		100,00		100,00
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(b)	Integral na Salvador Eólica		99,99		99,99
Renova Eólica Participações S.A.		Integral na Nova Renova		100,00		100,00
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas Morrão S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas Tanque S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(c)	Integral na Renova Eólica		99,99	99,99	
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Borgo S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Dourados S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Maron S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	(d)	Integral na Renova Eólica		99,99	100,00	
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	(*)	Integral	99,00		99,00	
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	(*)	Integral	99,00		99,00	
Centrais Eólicas Arapuã LTDA	(*)	Integral	99,00			
Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA	(*)	Integral	99.00			
Centrais Eólicas Cedro LTDA	(*)	Integral	99,00			
Centrais Eólicas Conquista LTDA	(*)	Integral	99,00			
Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA	(*)	Integral	99,00			
Centrais Eólicas Santana LTDA	(*)	Integral	99,00			
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	(*)	Integral	99,99		99,99	
	()		,	% Partic	· · · · · ·	
			31/12/2012			2/2011
Comercialização		Consolidação	Direta	Indireta		Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(*)	Integral	100,00			
Comprehendata de Energia S.71.	()		100,00			

⁽a) Autorização Aneel pelo período de 30 (trinta) anos a partir de 2003

⁽a) Autorização Aneel pelo período de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 2010 (c) Autorização Aneel pelo período de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 2010

⁽d) Autorização Aneel pelo período de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 2012

^(*) Empresas em fase pré-operacional

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4. Das autorizações

Cachoeira da Lixa PROINFA 697 24/12/2003 14,8 MW Colino 2 PROINFA 695 24/12/2003 16,0 MW Colino 1 PROINFA 703 24/12/2003 11,0 MW Eólico Ref. Contrato Portaria MME Data da portaria produção instalada* Centrais Eólicas Alvorada S.A. LER 03/2009 695 05/08/2010 8,0 MW Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Eólico Ref. Contrato Portaria MME Data da portaria portaria Capacidade de produção instalada* Centrais Eólicas Alvorada S.A. LER 03/2009 695 05/08/2010 8,0 MW Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Eólico Ref. Contrato Portaria MME Data da portaria produção instalada* Centrais Eólicas Alvorada S.A. LER 03/2009 695 05/08/2010 8,0 MW Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Eólico Ref. Contrato Portaria MME Data da portaria produção instalada* Centrais Eólicas Alvorada S.A. LER 03/2009 695 05/08/2010 8,0 MW Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Eólico Ref. Contrato Portaria MME Data da portaria produção instalada* Centrais Eólicas Alvorada S.A. LER 03/2009 695 05/08/2010 8,0 MW Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A. LER 03/2009 691 05/08/2010 9,6 MW Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A. LER 03/2009 700 06/08/2010 20,8 MW Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A. LER 03/2009 743 19/08/2010 28,8 MW Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A. LER 03/2009 696 05/08/2010 30,4 MW
• •
G . 1 FM1 . W / G /
Centrais Eólicas Ilhéus S.A. LER 03/2009 690 05/08/2010 11,2 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. LER 03/2009 692 05/08/2010 24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A. LER 03/2009 693 05/08/2010 28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. LER 03/2009 694 05/08/2010 25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A. LER 03/2009 699 05/08/2010 24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A. LER 03/2009 697 05/08/2010 27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A. LER 03/2009 698 05/08/2010 6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A. LER 03/2009 742 19/08/2010 30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A. LER 03/2009 689 05/08/2010 19,2 MW
Centrais Eólica Morrão S.A LER 05/2010 268 20/04/2011 28,8 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A LER 05/2010 117 25/03/2011 20,8 MW
Centrais Eólicas dos Araças S.A LER 05/2010 241 07/04/2011 30,4 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A LER 05/2010 332 27/05/2011 28,8 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A LER 05/2010 330 26/05/2011 28,8 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A LER 05/2010 161 18/03/2011 22,4 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A. LEN 02/2011 135 14/03/2012 28,8 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A. LEN 02/2011 222 13/04/2012 19,2 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A. LEN 02/2011 167 21/03/2012 28,8 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A. LEN 02/2011 130 13/03/2012 28,8 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A. LEN 02/2011 172 22/03/2012 9,6 MW
Centrais Eólicas Maron S.A. LEN 02/2011 107 08/03/2012 28,8 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. LEN 02/2011 168 21/03/2012 22,4 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A. LEN 02/2011 128 13/03/2012 28,8 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. LEN 02/2011 171 22/03/2012 17,6 MW
Renova Energia S.A. (São Salvador)** LEN 06/2012 22,4 MW

^(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

^(**) aguardando publicação da Portaria

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

5. Comercialização de energia

	Valores atualizados					Prazo				
	Montante									
		Valor total	autorizado a ser vendido por ano	Preço	Preço atualizado			Índice de	Mês de	
Empresa do grupo	Compradora	Contrato	(MWh)	MWh	MWh	Inicial	Final	correção	reajuste	
		(R\$ mil)		(R\$)	(R\$)					
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	Eletrobras	172.450	71.055	121,35	189,82	mai/08	abr/28	IGP-M	junho	
Colino 2 Colino 1	Eletrobras Eletrobras	219.008 153.243	90.238 63.141	121,35 121,35	189,82 189,82	jul/08 set/08	jun/28	IGP-M IGP-M	junho	
Conno 1	Eletrobras	133.243	03.141	121,33	109,02	Set/U8	ago/28	IOF-IVI	junho	
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	CCEE	76.233	26.298	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Candiba S.A.	CCEE	101.644	35.064	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	CCEE	203.287	70.128	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	CCEE	330.341	113.958	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	CCEE	334.900	113.958	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	CCEE	128.808	43.830	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A	CCEE	254.109	87.660	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas NS Sr. Conceição S.A.	CCEE	309.138	105.192	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	CCEE	283.377	96.426	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	CCEE	279.520	96.426	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	CCEE	309.138	105.192	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	CCEE	51.523	17.532	146,94	169,59	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	CCEE	406.574	140.256	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	CCEE	177.876	61.362	144,94	167,28	jul/12	jun/32	IPCA	julho	
Centrais Eólicas da Prata S.A	CCEE	214.701	88.537	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas dos Araças S.A	CCEE	295.480	121.847	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Morrão S.A.	CCEE	312.486	128.860	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Seraíma S.A	CCEE	325.241	134.120	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Tanque S.A	CCEE	295.480	121.847	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Ventos do Nordesre S.A.	CCEE	214.701	88.537	121,25	136,89	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Centrais Edicas ventos do Nordesie S.A.	CCEE	214.701	66.557	121,23	130,69	Set/13	ag0/33	II CA	setemoro	
Centrais Eólicas Ametista S.A.	Distribuidoras	238.148	120.863	101,53	103,56	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Borgo S.A.	Distribuidoras	166.189	84.343	100,73	102,74	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Caetité S.A.	Distribuidoras	245.001	124.341	100,90	102,91	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Dourados S.A.	Distribuidoras	226.155	114.776	100,87	102,88	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Espigão S.A.	Distribuidoras	83.951	42.606	102,07	104,11	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Maron S.A.	Distribuidoras	236.434	119.993	101,32	103,34	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	Distribuidoras	202.168	102.603	101,23	103,25	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Pilões S.A.										
	Distribuidoras	224.441	113.906	100,09	102,09	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro	
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	Distribuidoras Distribuidoras	224.441 152.483	113.906 77.387	100,09 99,69	102,09 101,68	mar/14 mar/14	dez/33 dez/33	IPCA IPCA	janeiro janeiro	

Comercialização

Em agosto de 2011, a Light Energia assinou com a Companhia um compromisso de compra de energia proveniente de 400 MW de capacidade instalada de energia eólica.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

- a) PCH Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
- b) Eólico Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Os parques vencedores do LER 2010, LEN 2011 e LEN 2012 estão em fase de implantação.
- c) Solar Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também na venda de mercadorias e serviços.
- d) Comercialização Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

		2012				
	РСН	Eólico	Solar	Comercialização	Adm	Consolidado
Receita líquida	38.725	76.773	141	-	-	115.639
Custos não gerenciáveis	(862)	(4.618)	-	-	-	(5.480)
Margem Bruta	37.863	72.155	141	-	-	110.159
Custos gerenciáveis	(6.006)	(7.529)	(97)	(7.500)	(32.621)	(53.753)
Depreciação	(5.316)	(27.633)	-	-	(774)	(33.723)
Resultado financeiro	(7.011)	(28.325)	-	-	12.765	(22.571)
Imposto de renda e contribuição social	(2.593)	(3.536)	-	-	-	(6.129)
Lucro (prejuízo)	16.937	5.132	44	(7.500)	(20.630)	(6.017)
Ativos totais	262.663	2.011.070	-	-	404.306	2.678.039
Passivos totais	110.234	1.261.948	-	-	314.460	1.686.642

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2011										
(reapresentado)											
	PCH	Eólicas	Adm	Consolidado							
Receita líquida	36.553	-	-	36.553							
Custos não gerenciáveis	(1.155)	-	-	(1.155)							
Margem Bruta	35.398	-	-	35.398							
Custos gerenciáveis	(5.397)	(1.908)	(35.792)	(43.097)							
Depreciação	(5.674)	(988)	(195)	(6.857)							
Resultado financeiro	(8.096)	830	12.434	5.168							
Imposto de renda e contribuição social	(2.171)	(502)	-	(2.673)							
Lucro (prejuízo)	14.060	(2.568)	(23.553)	(12.061)							
Ativos totais	260.653	1.101.024	252.904	1.614.581							
Passivos totais	124.921	689.804	117.902	932.627							

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora			
31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	
47	62	5	43	58	1	
3.437	69.638	2.093	386	281	126	
604.638	320.146	16.471	383.577	254.120	7.124	
608.122	389.846	18.569	384.006	254.459	7.251	
	47 3.437 604.638	31/12/2012 31/12/2011 47 62 3.437 69.638 604.638 320.146	31/12/2012 31/12/2011 01/01/2011 47 62 5 3.437 69.638 2.093 604.638 320.146 16.471	31/12/2012 31/12/2011 01/01/2011 31/12/2012 47 62 5 43 3.437 69.638 2.093 386 604.638 320.146 16.471 383.577	31/12/2012 31/12/2011 01/01/2011 31/12/2012 31/12/2011 47 62 5 43 58 3.437 69.638 2.093 386 281 604.638 320.146 16.471 383.577 254.120	

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 98,5% até 102,75% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 27.

8. Contas a receber de clientes

		Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012
Eletrobras	5.519	5.152	3.918	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	15.633	-	-	-
Outros	157			157
	21.309	5.152	3.918	157

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 24 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. Impostos a recuperar

		Consolidado		Controladora				
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		
IRRF a compensar	5.038	9	-	4.964	9	-		
IRRF sobre aplicação financeira	1.846	1.344	1.064	1.650	1.297	1.064		
COFINS a compensar	94	95	94	-	1	-		
CSLL a compensar	89	44	41	21	-	-		
PIS a compensar	20	20	20	-	-	-		
ISS a compensar	7	-	1	-	-	-		
ICMS a compensar	1	-	-	1	-	-		
Saldo negativo IRPJ			54			54		
Total	7.095	1.512	1.274	6.636	1.307	1.118		

10. Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado				Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	
Adiantamentos a fornecedores	4.310	13.479	121.059	2.746	4.701	116.091	

11. Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante	25.403	40	59	40	40	59
Não circulante	82.791	11.875	12.019	451	449	444
Total	108.194	11.915	12.078	491	489	503

Em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 os saldos apresentados no não circulante consolidado referem-se basicamente à garantia oferecida ao BNB pela Espra, no valor de R\$ 11.575 e R\$11.426, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:

Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Valor
Salvador Eólica	Conta Garantia	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	16.786
Bahia Eólica	Conta Garantia	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	8.577
Renova	Outros	-	-	Aluguel de imóvel	40
				Total circulante	25.403

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Valor
LER 2009	Reserva Especial (a)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	31.055
LER 2009	Reserva O&M (b)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	3.966
LER 2009	Reserva SD (c)	Citibank	98% CDI	Financiamento BNDES	36.479
Espra	Garantia	BNB	97% CDI	Financiamento BNB	10.840
Renova	Garantia	ANEEL	-	Estudos de projetos e inventários	451
				Total não circulante	82.791

Referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados à taxa de 98% do CDI – Certificado de depósito interbancário. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela companhia mediante autorização expressa pelo BNDES.

- (a) Refere-se à caução "Reserva especial" do contrato do BNDES transferidos compulsoriamente pelo banco mandatário das SPEs para suas controladoras diretas. Esta reserva destina-se receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas junto ao banco e não movimentável pela controlada com finalidade de garantir o pagamento integral das prestações de amortizações do principal e dos acessórios da dívida. Estas cauções somente poderão ser movimentadas pela controlada mediante autorização expressa pelo BNDES.
- (b) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção (O&M).
- (c) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento.

12. Impostos diferidos (consolidado)

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 19). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Consolidado
	31/12/2012
PIS diferido	99
COFINS diferido	457
IRPJ diferido	187
CSLL diferido	163
Total	906

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. Ágio na incorporação

	Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011		
Ágio	119.272	119.272		
(-) Provisão do ágio no momento da incorporação	(119.272)	(119.272)		

Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou um de seus acionistas, a Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin"). Por consequência desta incorporação a Companhia reconheceu um ágio no montante de R\$119.272. Este ágio inicialmente reconhecido na Hourtin foi em função de aquisição de participação no capital da Companhia. O fundamento econômico deste ágio foi suportado pela expectativa de rentabilidade futura da Energética Serra da Prata ("Espra") e de outras sociedades de propósito específico detentoras de projetos pela Renova. Não obstante e conforme indicado no Laudo de Avaliação preparado para evidenciar o fundamento econômico do ágio, os peritos indicaram que pelo fato de a Renova ser uma holding pura e de tal rentabilidade incorrer de seus investimentos diretos e indiretos, o mesmo deve ser atribuído à mais-valia de tais investimentos. Os ativos que foram transferidos à Companhia à época da operação suportaram o valor do ágio que teve como contrapartida, uma reserva de capital.

Considerando posteriormente a incorporação reversa ocorrida no início de 2010, o ágio foi provisionado integralmente na incorporadora e para efeitos fiscais a Companhia mantém registrado na Parte B do seu Lalur o ágio oriundo dessa incorporação.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14. Investimentos

O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas:

Empresas	Controladora				
Emple es as	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		
		(reapresentado)	(reapresentado)		
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	107.625	106.819	90.873		
Renova PCH LTDA	(19)	(5)	-		
Eólico					
Nova Renova Energia S.A.	652.235	364.008	-		
Centrais Eólicas Candiba S.A.	-	-	2.359		
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	-	-	5.054		
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	-	-	2.545		
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	-	-	4.220		
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	-	-	4.087		
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	-	-	1.292		
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	-	-	2.566		
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	_	-	3.520		
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	-	_	3.470		
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	-	_	3.178		
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	-	_	3.349		
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	-	_	1.047		
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	-	_	3.630		
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	_	-	2.265		
Centrais Eólicas da Prata S.A.	_	3.122	-		
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	_	4.338	214		
Centrais Elétricas Morrão S.A.	-	3.987	_		
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	-	3.987	_		
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	3.727	-		
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	3.487	214		
Centrais Eólicas Ametista S.A.	-	945	214		
Centrais Eólicas Borgo S.A.	-	483	-		
Centrais Eólicas Caetité S.A.	-	947	214		
Centrais Eólicas Dourados S.A.	-	688	-		
Centrais Eólicas Espigão S.A.	-	455	214		
Centrais Eólicas Maron S.A.	_	728	_		
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	_	524	_		
Centrais Eólicas Pilões S.A.	_	946	214		
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	_	402	_		
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	(10)	(6)	_		
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	(10)	(5)	_		
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	208	212	214		
Total	760.029	499.789	134.953		
TULAI	100.029	477.107	134.933		

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As principais informações sobre controladas estão sendo apresentadas abaixo:

		Em 31 de dezembro de 2012									
Companhia	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo)					
РСН											
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100%	101.955	107.625	(15.310)	16.116					
Renova PCH LTDA	100	100%	-	(19)	-	(14)					
Eólico											
Nova Renova Energia S.A.	613.485.292	100%	613.485	652.235	-	4.630					
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	100	100%	-	(10)	-	(4)					
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	100	100%	-	(10)	-	(5)					
Centrais Eólicas Arapuã LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas Cedro LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas Conquista LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas Santana I LTDA	100	100%	-	-	-	-					
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	219.536	100%	220	208	-	(4)					
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100%	-	-	-	-					
Outros	-	-	-	-		(71)					
Total	618.875.929		715.660	760.029	(15.310)	20.648					

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Em 31 de dezembro de 2011									
Companhia	Quantidade	Participação	Capital		Dividendos					
	total de ações	Renova (%)	social	Patrimônio líquido	propostos	Lucro (prejuízo)				
				(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)				
РСН										
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100%	101.955	106.819	(11.921)	12.548				
Renova PCH LTDA	100	100%	-	(5)	-	(5)				
Eólico										
Nova Renova Energia S.A.	344.596.140	100%	344.597	364.008	-	(1.484)				
Centrais Eólicas da Prata S.A.	1.544.209	100%	1.544	3.122	-	(6)				
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	2.104.817	100%	2.105	4.338	-	(1)				
Centrais Eólicas Morrão S.A.	1.869.044	100%	1.869	3.987	-	(5)				
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	1.883.003	100%	1.883	3.987	-	(6)				
Centrais Eólicas Tanque S.A.	1.644.174	100%	1.644	3.727	-	(7)				
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	1.612.958	100%	1.613	3.487	-	(3)				
Centrais Eólicas Ametista S.A.	219.536	100%	220	945	-	(4)				
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100	100%	-	483	-	(7)				
Centrais Eólicas Caetité S.A.	219.536	100%	220	947	-	(3)				
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100	100%	-	688	-	(7)				
Centrais Eólicas Espigão S.A.	219.536	100%	220	455	-	(4)				
Centrais Eólicas Maron S.A.	100	100%	-	728	-	(7)				
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100	100%	-	524	-	(7)				
Centrais Eólicas Pilões S.A.	219.536	100%	220	946	-	(4)				
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100	100%	-	402	-	(7)				
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	100	100%	-	(6)	-	(6)				
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	100	100%	-	(5)	-	(5)				
Centrais Eólicas Arapuã LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas Bela Vista LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas Cedro LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas Conquista LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas Santana LTDA	100	100%	-	-	-	-				
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	219.536	100%	220	212	-	(2)				
Total	361.523.526		458.310	499.789	(11.921)	10.968				

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos Investimentos, em controladas é a seguinte:

Companhia	31/12/2011	Adições	Transferências	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2012
	(reapresentado)					
РСН						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	106.819	-	-	(15.310)	16.116	107.625
Renova PCH LTDA	(5)	-	-	-	(14)	(19)
Eólico						
Nova Renova Energia S.A.	364.008	269.839	13.758	-	4.630	652.235
Centrais Eólicas da Prata S.A.	3.122	-	(3.122)	-	-	-
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	4.338	-	(4.338)	-	-	-
Centrais Eólicas Morrão S.A.	3.987	-	(3.987)	-	-	-
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	3.987	-	(3.987)	-	-	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	3.727	-	(3.727)	-	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	3.487	-	(3.487)	-	-	-
Centrais Eólicas Ametista S.A.	945	-	(945)	-	-	-
Centrais Eólicas Borgo S.A.	483	-	(483)	-	-	-
Centrais Eólicas Caetité S.A.	947	-	(947)	-	-	-
Centrais Eólicas Dourados S.A.	688	-	(688)	-	-	-
Centrais Eólicas Espigão S.A.	455	-	(455)	-	-	-
Centrais Eólicas Maron S.A.	728	-	(728)	-	-	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	524	-	(524)	-	-	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	946	-	(946)	-	-	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	402	-	(402)	-	-	-
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	(6)	-	-	-	(4)	(10)
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	(5)	-	-	-	(5)	(10)
Centrais Eólicas Arapuã LTDA	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro Ltda.	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista LTDA	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Santana LTDA	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	212	-	-	-	(4)	208
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-
Outros			71		(71)	-
Total	499.789	269.839	(14.937)	(15.310)	20.648	760.029

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada Enerbras S.A. aprovou em AGO proposta de distribuição de dividendos para a Companhia no valor de R\$15.310 provenientes de lucro auferido no período de 2012, após provisão de reserva legal. Este valor encontra-se registrado na rubrica de Dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora com perspectiva de recebimento no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Companhia	04/04/9044			Adto para futuro aumento	Dividendos	Equivalência	2442424
	01/01/2011	Adições	Transferências	de capital	propostos	patrimonial	31/12/2011
РСН	(reapresentado)						(reapresentado)
Enerbtras Centrais Elétricas S.A.	90.873	15.319	_	_	(11.921)	12.548	106.819
Renova PCH LTDA	-	13.319	-	-	(11.921)	(5)	(5)
Total Cit 21 21 21						(5)	(5)
Eólico							
Nova Renova Energia S.A.	-	321.410	42.582	1.500	-	(1.484)	364.008
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	1.292	-	(1.292)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Candiba S.A.	2.359	-	(2.359)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	2.566	-	(2.566)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	3.520	-	(3.520)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Licinío de Almeida S.A.	4.220	-	(4.220)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	4.087	-	(4.087)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	3.630	-	(3.630)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	2.265	-	(2.265)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	5.054	-	(5.054)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	2.545	-	(2.545)	-	-	-	-
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	3.470	-	(3.470)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	3.178	-	(3.178)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	3.349	-	(3.349)	-	-	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	1.047	-	(1.047)	-	-	-	-
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	2.893	-	235	-	(6)	3.122
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	214	3.852	-	273	-	(1)	4.338
Centrais Eólicas Morrão S.A.	-	3.738	-	254	-	(5)	3.987
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	-	3.752	-	241	-	(6)	3.987
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	3.493	-	241	-	(7)	3.727
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	214	2.847	-	429	-	(3)	3.487
Centrais Eólicas Ametista S.A.	214	735	-	-	-	(4)	945
Centrais Eólicas Borgo S.A.	-	490	-	-	-	(7)	483
Centrais Eólicas Caetité S.A.	214	736	-	-	-	(3)	947
Centrais Eólicas Dourados S.A.	-	695	-	-	-	(7)	688
Centrais Eólicas Espigão S.A.	214	245	-	-	-	(4)	455
Centrais Eólicas Maron S.A.	=	735	-	-	-	(7)	728
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	=	531	-	-	-	(7)	524
Centrais Eólicas Pilões S.A.	214	736	-	-	-	(4)	946
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	-	409	-	-	-	(7)	402
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	214	-	-	-	-	(2)	212
Total	124.052	362.616		2 172	(11.021)	10.968	400 700
Total	134.953	362.616		3.173	(11.921)	10.968	499.789

^(*) Investimento da Companhia transferido para Bahia Eólica S.A. e Salvador Eólica S.A

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada Enerbras S.A. aprovou em AGO proposta de distribuição de dividendos para a Companhia no valor de R\$11.921 provenientes de lucro auferido no exercício de 2011, após provisão de reserva legal. Este valor encontra-se registrado na rubrica de Dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora com perspectiva de recebimento no curto prazo.

Reorganização societária

Em 16 de março de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, de R\$344.596 para R\$356.887, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência da totalidade das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas CE da Prata, CE Araças, CE Morrão, CE Seraíma, CE Tanque e CE Ventos do Nordeste, nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 12.291.409 (doze milhões, duzentas e noventa e uma mil e quatrocentas e nove) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 16 de março de 2012, a controlada Nova Renova conforme identificada acima, autorizou o aumento de capital de sua controlada Renova Eólica dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$12.291, na sua totalidade por meio da

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

transferência das ações detidas por sua controladora Nova Renova nas sociedades CE da Prata, CE Araças, CE Morrão, CE Seraíma, CE Tanque e CE Ventos do Nordeste, mediante a emissão de 12.291.409 (doze milhões, duzentas e noventa e uma mil e quatrocentas e nove) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Essa alteração foi necessária devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao Leilão de Energia de Reserva - 2010 (LER). Desta forma, a Renova Eólica passa a deter o controle direto das mencionadas controladas e a Companhia passou a deter o controle indireto sobre elas.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, dos atuais R\$356.887 para R\$372.019, mediante a emissão de 15.131.144 (quinze milhões cento e trinta e uma mil e cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 01 de junho de 2012, a Companhia autorizou o aumento do capital social de sua controlada Nova Renova, dos atuais R\$372.019 para R\$387.764, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência da totalidade das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas CE Maron, CE Pilões, CE Ametista, CE Dourados, CE Caetité, CE Espigão, CE Borgo, CE Serra do Espinhaço e CE Pelourinho, nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 15.745.082 (quinze milhões setecentas e quarenta e cinco mil e oitenta e duas) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Nova Renova.

Em 01 de junho de 2012, a controlada Nova Renova, conforme identificada acima, autorizou o aumento de capital de sua controlada Renova Eólica dos atuais R\$27.423 para R\$43.168, na sua totalidade por meio da transferência das ações detidas por sua controladora Nova Renova S.A. nas sociedades CE Maron, CE Pilões, CE Ametista, CE Dourados, CE Caetité, CE Espigão, CE Borgo, CE Serra do Espinhaço e CE Pelourinho, mediante a emissão de 15.745.082 (quinze milhões setecentas e quarenta e cinco mil e oitenta e duas) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia.

Essas alterações foram necessárias devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao Leilão de Energia Nova (A-3) - 2011 (LEN).

Desta forma, a Nova Renova passa a deter o controle direto das mencionadas Sociedades e a Companhia passou a deter o controle indireto sobre elas.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A abertura dos investimentos realizados na subholding Nova Renova Energia S.A. que controla as companhias Renova Eólica, Salvador Eólica e Bahia Eólica é a seguinte:

Companhia	31/12/2011	Adições	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2012
	(reapresentado)				
Nova Renova Energia S.A.	(32)	90	-	(48)	10
Renova Eólica Participações S.A.	(5)	-	-	(16)	(21)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	24.399	-	(283)	24.116
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	-	28.789	-	(115)	28.674
Centrais Eólicas Morrão S.A.	-	25.972	-	(104)	25.868
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	-	25.946	-	(88)	25.858
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	34.717	-	(258)	34.459
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	23.983	-	(219)	23.764
Centrais Eólicas Ametista S.A.	-	10.817	-	13	10.830
Centrais Eólicas Borgo S.A.	-	7.113	-	13	7.126
Centrais Eólicas Caetité S.A.	-	10.367	-	13	10.380
Centrais Eólicas Dourados S.A.	-	10.594	-	13	10.607
Centrais Eólicas Espigão S.A.	-	4.613	-	14	4.627
Centrais Eólicas Maron S.A.	-	10.984	-	13	10.997
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	-	8.051	-	13	8.064
Centrais Eólicas Pilões S.A.	-	25.218	-	13	25.231
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	-	6.574	-	13	6.587
Bahia Eólica Participações S.A.	(46)	650	550	(439)	715
Centrais Eólicas Candiba S.A.	16.672	3.504	-	(79)	20.097
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	44.439	5.521	(245)	322	50.037
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	19.082	3.755	(60)	120	22.897
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	34.175	5.762	(245)	365	40.057
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	34.189	5.761	-	(494)	39.456
Salvador Eólica Participações S.A.	41	910	6.424	(641)	6.734
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	8.856	(21)	-	49	8.884
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	22.156	(53)	-	(58)	22.045
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	30.686	(72)	-	(436)	30.178
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	30.805	(73)	(414)	564	30.882
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	27.256	(65)	(1.170)	1.478	27.499
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	28.963	(68)	(1.388)	1.717	29.224
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	10.921	(17)	-	(285)	10.619
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	32.810	(76)	(3.452)	3.630	32.912
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	23.040	(48)	-	(170)	22.822
TOTAL	364.008	283.597		4.630	652.235

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Companhia	01/01/2011	Adições	Adto para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2011
	(reapresentado)				(reapresentado)
Nova Renova Energia S.A.	-	-	-	(32)	(32)
Renova Eólica Participações S.A.	-	-	-	(5)	(5)
Bahia Eólica Participações S.A.	-	-	-	(46)	(46)
Centrais Eólicas Candiba S.A.	-	16.726	-	(54)	16.672
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	-	42.999	1.500	(60)	44.439
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	-	19.134	-	(52)	19.082
Centrais Eólicas Lícinio de Almeida S.A.	-	34.277	-	(102)	34.175
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	-	34.278	-	(89)	34.189
Salvador Eólica Participações S.A.	-	-	-	41	41
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	-	8.950	-	(94)	8.856
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	-	22.349	-	(193)	22.156
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	-	30.927	-	(241)	30.686
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	-	30.929	-	(124)	30.805
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	-	27.498	-	(242)	27.256
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	-	29.213	-	(250)	28.963
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	-	10.977	-	(56)	10.921
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	-	32.644	-	166	32.810
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.		23.091		(51)	23.040
TOTAL	-	363.992	1.500	(1.484)	364.008

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15. Ativo Imobilizado

15.1 Consolidado

			31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011	
	Taxas anuais de	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
	depreciação %	histórico	acumulada	líquido	histórico	acumulada	líquido	histórico	acumulada	líquido
To a billion de companying					(reapresentado)			(reapresentado)		
Imobilizado em serviço										
Geração		50.5		505	505		505	505		50.5
Terrenos	201	595	(0.000)	595	595	- (7.010)	595	595	(5.550)	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(9.999)	85.798	95.807	(7.818)	87.989	95.797	(5.560)	90.237
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	118.031	(6.762)	111.269	46.110	(5.308)	40.802	45.500	(3.595)	41.905
Máquinas e equipamentos	4%	1.242.201	(32.858)	1.209.343	65.009	(6.262)	58.747	64.995	(4.622)	60.373
Móveis e utensílios	10%	119	(51)	68	89	(26)	63	80	(18)	62
Equipamento de informática	20%	245	(128)	117	232	(111)	121	228	(65)	163
Torres de medição	20%	8.728	(2.303)	6.425	3.516	(988)	2.528	-	-	-
Outros	20%	24	(4)	20	10	(5)	5	10	(3)	7
Sistema de transmissão e conexão										
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	1.668	(24)	1.644	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4%	87.196	(1.330)	85.866	-	-	-	-	-	-
		1.554.604	(53.459)	1.501.145	211.368	(20.518)	190.850	207.205	(13.863)	193.342
Administração										
Máquinas e equipamentos	10%	596	(31)	565	55	(6)	49	512	(136)	376
Benfeitorias	10%	2.277	(153)	2.124	2.156	(61)	2.095	1.236	(69)	1.167
Móveis e utensílios	10%	2.288	(412)	1.876	2.139	(205)	1.934	709	(99)	610
Softwares	20%	1.612	(367)	1.245	1.006	(108)	898	564	-	564
Equipamento de informática	20%	1.174	(354)	820	672	(167)	505	355	(110)	245
Veículos	20%	-	-	-	6	-	6	6	-	6
		7.947	(1.317)	6.630	6.034	(547)	5.487	3.382	(414)	2.968
Total do imobilizado em serviço		1.562.551	(54.776)	1.507.775	217.402	(21.065)	196.337	210.587	(14.277)	196.310
Imobilizado em curso										
Geração										
A ratear		74.404	-	74.404	156.059	-	156.059	34.067	-	34.067
Estudos e projetos		27.547	-	27.547	26.404	-	26.404	22.159	-	22.159
Terrenos		5.840	-	5.840	5.725	-	5.725	3.009	-	3.009
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	2.745	-	2.745
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	77.017	-	77.017	-	-	-
Móveis e utensílios		-	-	-	3	-	3	-	-	-
Torres de medição		3.448	-	3.448	3.228	-	3.228	-	-	-
Aerogeradores		933	-	933	663.066	-	663.066	-	-	-
Equipamentos de subestação		100.304	-	100.304	5.204		5.204	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		201.181		201.181	57.494		57.494	15.410		15.410
Projetos sociais - BNDES		3.471		3.471	-			-		-
Total do imobilizado em curso		417.128		417.128	994.200		994.200	77.390		77.390
i otal do ililobilizado elli curso			_	417.120	994.200	_	JJ4.200	11.390	-	11.370

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2011	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2012
	(reapresentado)					
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	87.989	-	(10)	(38)	(2.143)	85.798
Edificações, obras civis e benfeitorias	40.802	414	(129)	72.707	(2.525)	111.269
Máquinas e equipamentos	58.747	-	(12)	1.176.159	(25.551)	1.209.343
Móveis e utensílios	63	-	(5)	20	(10)	68
Equipamento de informática	121	-	(3)	42	(43)	117
Torres de medição	2.528	5.213	-	(1)	(1.315)	6.425
Aerogeradores	-	126.625	-	(126.625)	-	-
Outros	5	14	-	2	(1)	20
Sistema de transmissão e conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.668	(24)	1.644
Máquinas e equipamentos	<u>-</u>			87.196	(1.330)	85.866
	190.850	132.266	(159)	1.211.130	(32.942)	1.501.145
Administração						
Máquinas e equipamentos	49	550	-	(10)	(24)	565
Benfeitorias	2.095	122	-	-	(93)	2.124
Móveis e utensílios	1.934	180	(23)	2	(217)	1.876
Softwares	898	607	-	-	(260)	1.245
Equipamento de informática	505	494	-	8	(187)	820
Veículos	6		(6)			
	5.487	1.953	(29)		(781)	6.630
Total do imobilizado em serviço	196.337	134.219	(188)	1.211.130	(33.723)	1.507.775
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	156.059	111.822	-	(193.477)	-	74.404
Estudos e projetos	26.404	3.041	(1.875)	(23)	-	27.547
Terrenos	5.725	2.940	(12)	(2.813)	-	5.840
Edificações, obras civis e benfeitorias	77.017	84.377	-	(161.394)	-	-
Móveis e utensílios	3	16	-	(19)	-	-
Torres de medição	3.228	3.034	-	(2.814)	-	3.448
Aerogeradores	663.066	67.989	-	(730.122)	-	933
Equipamentos de subestação	5.204	133.760	-	(38.660)	-	100.304
Adiantamento a fornecedores	57.494	225.495	-	(81.808)	-	201.181
Projetos sociais - BNDES	-	3.471	-	-	-	3.471
Total do imobilizado em curso	994.200	635.945	(1.887)	(1.211.130)	-	417.128
Total do imobilizado	1.190.537	770.164	(2.075)	-	(33.723)	1.924.903

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	01/01/2011	Adições	Baixas	Integralização capital eólico	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2011
	(reapresentado)						(reapresentado)
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos	595	-	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	90.237	10	-	-	-	(2.258)	87.989
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.905	610	-	-	-	(1.713)	40.802
Máquinas e equipamentos	60.373	14	-	-	-	(1.640)	58.747
Móveis e utensílios	62	9	-	-	-	(8)	63
Equipamento de informática	163	4	-	-	-	(46)	121
Torres de medição	-	233	-	-	3.121	(826)	2.528
Outros	7	-	-	-	-	(2)	5
	193.342	880	-	-	3.121	(6.493)	190.850
Administração							
Máquinas e equipamentos	376	33	-	-	(356)	(4)	49
Benfeitorias	1.167	1.787	(803)	-	-	(56)	2.095
Móveis e utensílios	610	1.468	(33)	-	-	(111)	1.934
Softwares	564	442	-	-	-	(108)	898
Equipamento de informática	245	365	-	-	(20)	(85)	505
Veículos	6	-	-	-	-	-	6
	2.968	4.095	(836)		(376)	(364)	5.487
Total do imobilizado em serviço	196.310	4.975	(836)	-	2.745	(6.857)	196.337
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	34.067	160.889	-	(28.061)	(10.836)	-	156.059
Estudos e projetos	22.159	4.245	-	-	-	-	26.404
Terrenos	3.009	4.044	-	-	(1.328)	-	5.725
Máquinas e equipamentos	2.745	-	-	-	(2.745)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	64.645	-	-	12.372	-	77.017
Móveis e utensílios	-	3	-	-	-	-	3
Torres de medição	-	1.940	-	-	1.288	-	3.228
Aerogeradores	_	652.007	-	-	11.059	-	663.066
Equipamentos de subestação	-	4.934	-	-	270	-	5.204
Adiantamento a fornecedores	15.410	54.909	-	-	(12.825)	-	57.494
Total do imobilizado em curso	77.390	947.616	-	(28.061)	(2.745)		994.200
Total do imobilizado	273.700	952.591	(836)	(28.061)		(6.857)	1.190.537

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15.3 Controladora

		31/12/2012			31/12/2011		01/01/2011			
	Taxas anuais de	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
	depreciação %	histórico	acumulada	líquido	histórico	acumulada	líquido	histórico	acumulada	líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Torres de medição	20%	8.728	(2.303)	6.425	3.515	(988)	2.527	_	_	-
,		8.728	(2.303)	6.425	3.515	(988)	2.527			
Administração			(/							
Máquinas e equipamentos	10%	596	(31)	565	55	(6)	49	512	(136)	376
Benfeitorias	10%	2.277	(152)	2.125	2.156	(60)	2.096	1.236	(69)	1.167
Móveis e utensílios	10%	2.248	(395)	1.853	2.099	(192)	1.907	669	(89)	580
Softwares	20%	1.612	(366)	1.246	1.006	(108)	898	564	-	564
Equipamento de informática	20%	1.155	(341)	814	654	(157)	497	337	(103)	234
Veículos	20%	-	-	-	6	-	6	6	-	6
		7.888	(1.285)	6.603	5.976	(523)	5.453	3.324	(397)	2.927
Total do imobilizado em serviço		16.616	(3.588)	13.028	9.491	(1.511)	7.980	3.324	(397)	2.927
Imobilizado em curso										
Geração										
A ratear		20.774	-	20.774	15.723	_	15.723	5.363	_	5.363
Estudos e projetos		27.547	-	27.547	26.404	_	26.404	22.159	_	22.159
Terrenos		2.586	-	2.586	2.509	_	2.509	3.009	_	3.009
Adiantamento a fornecedores		2.467	-	2.467	_	_	-	2.745	_	2.745
Total do imobilizado em curso		53.374	-	53.374	44.636		44.636	33.276	-	33.276
Total imobilizado		69.990	(3.588)	66.402	54.127	(1.511)	52.616	36.600	(397)	36.203

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2011	Adições	Baixas	Integralização capital eólico	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2012
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	2.527	5.213	-	-	-	(1.315)	6.425
Administração							
Máquinas e equipamentos	49	551	-	-	(10)	(25)	565
Benfeitorias	2.096	121	-	-	=	(92)	2.125
Móveis e utensílios	1.907	182	(23)	-	2	(215)	1.853
Softwares	898	606	-	-	-	(258)	1.246
Equipamento de informática	497	493	-	-	8	(184)	814
Veículos	6	-	(6)	-	-	-	-
	5.453	1.953	(29)			(774)	6.603
Total do imobilizado em serviço	7.980	7.166	(29)			(2.089)	13.028
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	15.723	45.233	-	(40.180)	(2)	-	20.774
Estudos e projetos	26.404	3.041	(1.875)	-	(23)	-	27.547
Terrenos	2.509	64	(12)	-	25	-	2.586
Adiantamento a fornecedores	<u> </u>	2.467			<u></u> _	<u> </u>	2.467
Total do imobilizado em curso	44.636	50.805	(1.887)	(40.180)		<u> </u>	53.374
Total do imobilizado	52.616	57.971	(1.916)	(40.180)	-	(2.089)	66.402
	01/01/2011	Adições	Baixas	Integralização capital eólico	Reclassificações entre rubricas	Depreciação	31/12/2011
Imobilizado em servico	01/01/2011	Adições	Baixas			Depreciação	31/12/2011
Imobilizado em serviço Geração	01/01/2011	Adições	Baixas			Depreciação	31/12/2011
Imobilizado em serviço Geração Torres de Medição	01/01/2011	Adições 232	Baixas			Depreciação (826)	2.527
Geração	01/01/2011		Baixas		entre rubricas		
Geração Torres de Medição Administração	- 376		Baixas		entre rubricas		
Geração Torres de Medição	-	232	- (803)		entre rubricas 3.121	(826)	2.527
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos	- 376	232	-		entre rubricas 3.121	(826)	2.527
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias	376 1.167	232 33 1.787	- (803)		entre rubricas 3.121	(826) (4) (56)	2.527 49 2.095
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios	376 1.167 580	232 33 1.787 1.468	- (803)		3.121 (356)	(826) (4) (56) (107)	2.527 49 2.095 1.908
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares	376 1.167 580 564	232 33 1.787 1.468 442	- (803)		3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108)	2.527 49 2.095 1.908 898
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática	376 1.167 580 564 234	232 33 1.787 1.468 442	- (803)		3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108)	2.527 49 2.095 1.908 898 497
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos	376 1.167 580 564 234	232 33 1.787 1.468 442	- (803)		3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108)	2.527 49 2.095 1.908 898 497
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos	376 1.167 580 564 234 6	232 33 1.787 1.468 442 365	(803) (33)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso	376 1.167 580 564 234 6	232 33 1.787 1.468 442 365 	(803) (33) - - - (836)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração	376 1.167 580 564 234 6	232 33 1.787 1.468 442 365 - 4.095 4.327	(803) (33) - - - (836)	capital eólico	3.121 (356) (20) (376) 2.745	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração A ratear	376 1.167 580 564 234 6	232 33 1.787 1.468 442 365	(803) (33) - - - (836)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração A ratear Estudos e projetos	376 1.167 580 564 234 6 - 2.927 2.927 5.363 22.159	232 33 1.787 1.468 442 365	(803) (33) - - - (836)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração A ratear Estudos e projetos Terrenos	376 1.167 580 564 234 6 - 2.927 2.927 5.363 22.159 3.009	232 33 1.787 1.468 442 365 - 4.095 4.327 37.315 4.245 606	(803) (33) - - - (836)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração A ratear Estudos e projetos Terrenos Máquinas e equipamentos	376 1.167 580 564 234 6 - 2.927 2.927 2.927 5.363 22.159 3.009 2.745	232 33 1.787 1.468 442 365	(803) (33) - - - (836)		3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) - (357)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980 15.723 26.404 2.509
Geração Torres de Medição Administração Máquinas e equipamentos Benfeitorias Móveis e utensílios Softwares Equipamento de informática Veículos Imobilizações em andamento Total do imobilizado em serviço Imobilizado em curso Geração A ratear Estudos e projetos Terrenos	376 1.167 580 564 234 6 - 2.927 2.927 5.363 22.159 3.009	232 33 1.787 1.468 442 365 - 4.095 4.327 37.315 4.245 606	(803) (33) - - (836) (836)	capital eólico	3.121 (356)	(826) (4) (56) (107) (108) (82) (357) (1.183)	2.527 49 2.095 1.908 898 497 6 - 5.453 7.980

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de autorização, exceto quanto as Eólicas, preveem que ao final do prazo de cada autorização o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado a Companhia, de forma que a Administração

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da autorização será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da autorização. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Em novembro de 2008, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 190/2005, foi concluído o processo de unitização dos bens imobilizados em serviço do complexo Hidroelétrico Serra da Prata. Compondo o valor unitizado temos o montante de R\$11.886 referentes aos juros capitalizados durante a construção nos anos de 2005 e 2006. A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto.

Em julho de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 190/2005, foi concluído o processo de unitização dos bens imobilizados em serviço das empresas do LER 2009. Compondo o valor unitizado temos o montante total de R\$56.186, referente a juros sobre empréstimos capitalizados durante o período de construção e ainda os custos com salários das equipes de implantação e investimentos incorridos com engenharia do proprietário, meio ambiente e seguro de construção.

Segue posição desses ativos em 31 de dezembro de 2012:

Contas	Valor original	Depreciação	Valor residual
Geração			
Edificações, obras civis e benfeitorias	71.696	(1.174)	70.522
Máquinas e equipamentos	1.177.196	(23.791)	1.153.405
Sistema de transmissão e conexão			
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.668	(24)	1.644
Máquinas e equipamentos	87.196	(1.330)	85.866
Total Geral	1.337.756	(26.319)	1.311.437

Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os gastos em projetos hídricos divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL e projetos de parques eólicos vencedores do Leilão de Energia de Reserva 2010, Leilão A-3, Leilão A-5 e projetos Mercado Livre e que estão em construção através das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores e gastos diversos.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado da rubrica de Adiantamento a fornecedores apresenta o montante de R\$201.181, composto da seguinte forma: adiantamento para compra de torres de medição com a

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

IEM, no valor de R\$2.467, adiantamento para o contrato de fornecimento de Equipamentos de Subestações assinado com a ABB Ltda, no valor de R\$798, adiantamento para compra de aerogeradores no valor de R\$172.862, com a GE, adiantamento para os serviços de transportes e correlatos, no valor de R\$4.903, com a IRGA e a Perfimec, adiantamento para obras civis no valor de R\$16.902, com o Consórcio MGT, adiantamento para consultorias diversas para meio ambiente e outros, no valor de R\$3.249, referente aos parques eólicos dos leilões LER 2010 e LEN 2011.

Em 22 de maio de 2012, foi lançado o Programa Catavento, que agrupa projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental para o Alto Sertão Baiano, local onde os parques eólicos estão sendo implantados. A iniciativa é resultado do engajamento da Companhia nas causas de interesse público visando impulsionar o crescimento da região, não somente na economia, mas no desenvolvimento sustentável que levará à melhoria na qualidade de vida da população do sertão baiano. A primeira fase da iniciativa prevê investimentos ao longo do biênio 2012-2013, nas áreas socioeconômica, cultural, de meio ambiente e de desenvolvimento organizacional. Os recursos, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), serão investidos em ações gradativas, priorizando as áreas de implantação dos Parques, estendendo-se à percepção territorial. Foram financiados mais de R\$9 milhões, que terão taxas de juros diferenciadas por serem destinados a projetos de interesse coletivo.

Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente. Após revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos de pequenas centrais hidrelétricas, durante o ano de 2012, a Companhia optou por descontinuar os projetos de inventário Sobrado e Cachoeira e os projetos básicos Nova 1 e Cachoeira do Caldeirão, no montante total de R\$1.887.

16. Fornecedores

		Consolidado			Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011		
Fornecedores	159.391	19.566	8.100	5.615	2.059	5.989		

No saldo dos fornecedores consolidado em 31 de dezembro de 2012 incluem-se, principalmente, valores restantes dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratados para construção dos 14 parques eólicos que foram concluídos em junho de 2012. Estão provisionados substancialmente nesta conta os valores referentes ao fornecimento dos aerogeradores, subestações e construção civil.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

							Consoli	dado					
			31/12/	2012			31/12	2/2011			01/01	/2011	
		Enca	rgos	Princ	ipal	Enca	irgos	Princ	ipal	Enca	ırgos	Princ	cipal
	Custo da Dívida	Circulante	Não Circulante										
Moeda Nacional													
BNDES - CEOL Alvorada S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	102	2.357	982	22.584	-	669	-	21.727	-	-	-	-
BNDES - CEOL Guanambi S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	228	5.245	2.597	59.726	-	1.367	-	44.503	-	-	-	-
BNDES - CEOL Guirapá S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	307	7.061	3.602	82.827	-	1.862	-	54.143	-	-	-	-
BNDES - CEOL N. S. Conceição S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	376	8.668	3.600	82.791	-	2.384	-	82.171	-	-	-	-
BNDES - CEOL Pajeú do Vento S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	289	6.654	3.204	73.694	-	1.654	-	53.096	-	-	-	-
BNDES - CEOL Planaltina S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	314	7.214	3.393	78.042	-	1.796	-	60.951	-	-	-	-
BNDES - CEOL Porto Seguro S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	66	1.523	636	14.617	-	419	-	14.080	-	-	-	-
BNDES - CEOL Rio Verde S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	396	9.110	3.691	84.900	-	2.766	-	80.801	-	-	-	-
BNDES - CEOL Serra do Salto S.A.	TJLP + 1,92% a.a.	210	4.812	2.292	52.726	-	1.351	-	39.790	-	-	-	-
BNDES - CEOL Candiba S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	87	1.765	1.255	25.525	-	19	-	21.235	-	-	-	-
BNDES - CEOL Igaporã S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	322	6.548	4.254	86.496	-	59	-	68.063	-	-	-	-
BNDES - CEOL Ilhéus S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	114	2.313	1.462	29.737	-	22	-	24.750	-	-	-	-
BNDES - CEOL Licínio de Almeida S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	211	4.283	3.389	68.918	-	30	-	36.000	-	-	-	-
BNDES - CEOL Pindaí S.A.	TJLP + 2,18% a.a.	225	4.571	3.429	69.721	-	32	-	36.351	-	-	-	-
BNDES - CEOL Candiba S.A. (Subcrédito "C")	TJLP	2	20	75	526	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - CEOL Ilhéus S.A. (Subcrédito "C")	TJLP	2	20	75	526	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - CEOL Porto Seguro S.A. (Subcrédito "D")	TJLP	6	47	131	1.068	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Serra do Salto S.A. (Subcrédito "D")	TJLP	7	58	165	1.336	_	_	_	_	_	_	_	_
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A Espra	9,5% a.a.	818		5.617	102.172	_	_	4.905	107.369	30	_	4.572	112.246
BNDES - CEOL Ventos do Nordeste S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	33	_	18.700	_	_	_	-	-		_	_	_
BNDES - CEOL Tanque	TJLP + 2,94%a.a.	47	_	25.900	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL da Prata S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	34	_	18.700	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Aracas S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	37	_	20.600	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Morrão S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	35	_	19,700	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Seraíma S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	37	_	20,600	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Borgo S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	3	_	2,000	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Dourados S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	13	_	7,000	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Espigão S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	2	_	1.000	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Maron S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	13	_	7,000	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Pilões S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	13	_	7,000	_	_	_	_	_	_	_	_	_
BNDES - CEOL Serra do Espinhaço S.A.	TJLP + 2,94%a.a.	3	_	1.800	_	_	_	_	_	_	_	_	_
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A.	123,45% CDI		5,374	-	301.883	_	_	_	_	_	_	_	_
Notas promissórias (Banco Votorantim) - Renova Energia S.A.	100,00% CDI + 3,0% a.a.	_	-	_	-	1.031	_	150.000	_	_	_	_	_
IFC - Banco Santander S.A Enerbras	100,00% CDI +2,5% a.a.	=	-	-	-	-	-	-	-	824		1.764	13.353
Sub total dos empréstimos		4.352	77.643	193.849	1.239.815	1.031	14.430	154.905	745.030	854		6.336	125.599
Custo de captação da operação		-	-	-	(12.137)	-	-	(591)	(5.590)	-	-	-	-
TOTAL		4.352	77.643	193.849	1.227.678	1.031	14.430	154.314	739.440	854		6.336	125.599

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

			Controlad	lora		
		31/12	2/2012	31/12/2011		
		Encargos	Principal	Encargos	Principal	
	Custo da Dívida	Não circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	
Moeda Nacional						
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A.	123,45% CDI	5.374	301.883	-	-	
Notas promissórias (Banco Votorantim) - Renova Energia S.A.	100,00% CDI + 3,0% a.a.	-	-	1.031	150.000	
Sub total dos empréstimos		5.374	301.883	1.031	150.000	
Custo de captação da operação		-	(2.062)	-	(591)	
TOTAL		5.374	299.821	1.031	149.409	

Garantias

O saldo devedor dos Empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é garantido da seguinte forma:

	Valores
Recebíveis	3.791.169
Penhor de Ações	758.405
Hipoteca	839.917
Caução em dinheiro	107.703
	5.497.194

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora			
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2011	131.935	854	132.789	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos obtidos	987.689	-	987.689	150.000	-	150.000	
Encargos financeiros provisionados	-	13.789	13.789	-	3.576	3.576	
Encargos financeiros pagos	-	(36.343)	(36.343)	-	(15.865)	(15.865)	
Encargos financeiros capitalizados	-	37.161	37.161	-	13.320	13.320	
Amortização de financiamento	(219.689)	-	(219.689)		-	-	
Custo de captação	(8.860)	-	(8.860)	(2.364)	-	(2.364)	
Custo de captação capitalizado	2.679		2.679	1.773		1.773	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	893.754	15.461	909.215	149.409	1.031	150.440	
Empréstimos e financiamentos obtidos	386.333	_	386.333	_	-	_	
Emissão de Debêntures	301.883	-	301.883	301.883	-	301.883	
Encargos financeiros provisionados	-	41.407	41.407	-	383	383	
Encargos financeiros provisionados (debêntures)	-	5.374	5.374	-	5.374	5.374	
Encargos financeiros pagos	-	(12.797)	(12.797)	-	(4.857)	(4.857)	
Encargos financeiros capitalizados	-	32.550	32.550	-	3.443	3.443	
Amortização de financiamento	(154.486)	-	(154.486)	(150.000)	-	(150.000)	
Custo de captação	(7.254)	-	(7.254)	(2.126)	-	(2.126)	
Apropriação dos custos de captação	373	-	373	64	-	64	
Custo de captação capitalizado	924	-	924	591	-	591	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.421.527	81.995	1.502.598	299.821	5.374	305.195	

Vencimento das parcelas não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante (consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de '	Vencimento	31/12/2012
	2014	75.516
	2015	92.262
	2016	93.665
	2017	96.115
	2018	102.683
	Após 2018	857.217
Total		1.317.458

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

	Encargos Financeiros	Valor
Emprés timos/Financiamentos	Anuais	Captado
Moeda Nacional		
Debêntures - 2ª emis são	123,45% CDI	301.883
BNDES - Ponte - LER 2010 e LEN 2011	TJLP + 2,94% a.a.	150.000
BNDES 1 - LER 2009	TJLP + 1,92% a.a.	127.343
BNDES 2 - LER 2009	TJLP + 2,18% a.a.	108.990
		688.216

Contratos BNDES

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos junto ao BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2MW de capacidade instalada e 84MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total liberado foi de R\$578.604.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito "D", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado a TJLP, até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 98,8MW de capacidade instalada e 42,5MW médios de energia firme contratada. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total liberado foi de R\$295.388.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito "C", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado a TJLP, até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3, estando o financiamento atualmente em período de carência.

Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, tomou financiamento junto ao BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas, fundo de liquidez em conta reserva (nota 11).

Notas Promissórias Comerciais – Banco Votorantim (quitada em 12 de março de 2012)

Em 18 de março de 2011, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais no valor de R\$150.000, com vencimento em 12 de março de 2012. A remuneração é de taxa DI acrescida de 3% a.a. e demais comissões e encargos. A fim de garantir o pagamento integral e cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a Companhia deu em garantia aos titulares das notas comerciais todas as ações, presentes ou futuras, de sua titularidade, representativas do capital acionário de sua controlada Enerbras e seus respectivos direitos. Os detentores das respectivas notas comerciais somente poderão acionar este direito em caso de não cumprimento das cláusulas contratuais pela Companhia. Os valores captados com esta operação foram utilizados para quitação do empréstimo de IFC e o restante para investimentos nos parques eólicos dos empreendimentos do LER 2009. Em 12 de março de 2012 a Companhia quitou essas notas promissórias.

Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 31 de dezembro de 2012, a 2ª emissão de Debêntures da Companhia possui as seguintes características:

Controladora								
Forma e Classe	Captado	Saldo em 31/12/2012	Tipo de Garantia	Encargos	Vencimento			
Moeda Nacional								
Debêntures da 1ª Série - 2ª emissão	10.063	10.242	Ação	123,45% CDI	17/09/2014			
Debêntures da 2ª Série - 2ª emissão	26.163	26.629	Ação	123,45% CDI	17/09/2015			
Debêntures da 3ª Série - 2ª emissão	27.169	27.653	Ação	123,45% CDI	17/09/2016			
Debêntures da 4ª Série - 2ª emissão	29.182	29.702	Ação	123,45% CDI	17/09/2017			
Debêntures da 5ª Série - 2ª emissão	35.220	35.847	Ação	123,45% CDI	17/09/2018			
Debêntures da 6ª Série - 2ª emissão	57.358	58.378	Ação	123,45% CDI	17/09/2019			
Debêntures da 7ª Série - 2ª emissão	38.238	38.919	Ação	123,45% CDI	17/09/2020			
Debêntures da 8ª Série - 2ª emissão	35.220	35.847	Ação	123,45% CDI	17/09/2021			
Debêntures da 9ª Série - 2ª emissão	43.270	44.040	Ação	123,45% CDI	17/09/2022			
Total	301.883	307.257						

Em 11 de outubro de 2012 ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, no valor total de R\$301.883 e prazo total de 10 anos, vencendo em 17 de setembro de 2022.

As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros de 123,45% do CDI. A amortização de principal e juros ocorre apenas no vencimento de cada série (*bullet*). A Companhia poderá resgatar as debêntures a qualquer momento e a seu critério a partir de 17 de setembro de 2014. Os recursos captados através desta emissão serão destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de agosto de 2012 ("RCA") e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 31 de agosto de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia.

18. Impostos a recolher

	Consolidado			Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	
INSS a recolher	417	376	140	416	372	140	
FGTS a recolher	133	75	40	133	75	40	
IRRF sobre folha	528	305	186	528	305	186	
IRRF a recolher	427	192	157	223	44	108	
IOF a recolher	136	88	10	105	15	2	
ICMS a recolher	21	61	1	7	4	1	
ISS a recolher	103	183	34	28	-	3	
PIS a recolher	225	-	-	1	-	-	
COFINS a recolher	963	-	-	2	-	-	
PIS, COFINS e CSLL	584	260	436	549	212	306	
INSS retido de terceiros	65	334	9	7	6	1	
IRPJ a pagar	1.667	230	191	-	-	-	
CSLL a pagar	1.170	158	59				
TOTAL	6.439	2.262	1.263	1.999	1.033	787	

19. Contas a pagar CCEE/Eletrobras

	Consolidado
	31/12/2012
Circulante	
Eletrobras	1.293
CCEE	3.421
	4.714
Não circulante	
CCEE	10.938
	15.652

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Eletrobras

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de energia gerada (90.373MWh) foi inferior à faturada (224.434 MWh) resultando após a contabilização do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no âmbito da CCEE – mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos que envolvem os geradores - num ajuste financeiro negativo de R\$1.293.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2009 e a CCEE, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância serão ressarcidos após possíveis compensações com desvios positivos no quadriênio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de energia disponível (478.385MWh) foi inferior à faturada (556.260 MWh) resultando num ressarcimento negativo de R\$14.359 segregado entre curto e longo prazo.

20. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais era de R\$84 (2011, R\$74) e referem-se basicamente a processos administrativos de riscos ambientais.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$2.367, sendo R\$2.109 cíveis, R\$155 trabalhistas e R\$103 administrativos os quais a administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificaram como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$702.788, distribuído conforme o quadro de acionistas abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	69,70%	-	0,00%	101.123.594	51,70%
RR Participações	50.561.797	34,85%	-	0,00%	50.561.797	25,85%
Light Energia	50.561.797	34,85%	-	0,00%	50.561.797	25,85%
Outros Acionistas	43.943.355	30,30%	50.529.299	100,00%	94.472.654	48,30%
RR Participações*	18.892.107	13,02%	573.416	1,13%	19.465.523	9,95%
Membros do Conselho de Administração	450.866	0,31%	863.332	1,71%	1.314.198	0,67%
InfraBrasil	11.651.467	8,03%	23.302.933	46,12%	34.954.400	17,87%
Santander	1.896.000	1,31%	3.792.000	7,50%	5.688.000	2,91%
FIP Caixa Ambiental	4.666.666	3,22%	9.333.332	18,47%	13.999.998	7,16%
FIP Santa Barbara	4.228.732	2,92%	8.457.460	16,74%	12.686.192	6,49%
Outros	2.157.517	1,49%	4.206.826	8,33%	6.364.343	3,25%
Total	145.066.949	100,00%	50.529.299	100,00%	195.596.248	100,00%

^{*} Ações fora do bloco de controle

Aumento de capital através do plano de opções de compra de ações

A Companhia possui um plano de remuneração de longo prazo para seus colaboradores, por meio do qual são outorgadas opções de compra de ações da Companhia para colaboradores elegíveis quando do cumprimento de marcos estabelecidos pelo plano. Durante o ano de 2012, a quantidade total de opções outorgadas, exercidas e integralizadas por meio do plano de opções de compra está representada no quadro a seguir:

Data		Valor		
Data	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	R\$/mil
26/01/2012	22.890	45.780	68.670	7
01/03/2012	22.000	44.000	66.000	8
30/05/2012	22.498	44.996	67.494	8
23/10/2012	5.500	11.000	16.500	2
11/11/2012	127.319	254.638	381.957	44
Total	200.207	400.414	600.621	69

BNDESPAR

Em 13 de julho de 2012, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$314.700, através da emissão de 33.717.660 ações, sendo 24.987.244 ONs e 8.730.416 PNs, ao preço de R\$9,3333 por ação. O capital social da Companhia passou de R\$702.857 para R\$1.017.557. Esses valores foram subscritos da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

BNDESPAR

Data		Valor R\$/mil		
Data	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	valor Kə/IIII
02/08/2012	22.673.874	4.111.649	26.785.523	250.000
27/08/2012	242.977	477.690	720.667	6.726
05/09/2012	142.387	285.696	428.083	3.995
26/09/2012	1	1	2	-
Total	23.059.239	4.875.036	27.934.275	260.721

Demais acionistas minoritários

Data	Fase		Valor		
Data	rase	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	R\$/mil
18/08/2012	subscrição	1.866.301	3.731.972	5.598.273	52.251
28/08/2012	1ª sobras	37.432	74.864	112.296	1.048
06/09/2012	2ª sobras	23.172	46.344	69.516	649
26/09/2012	leilão	1.100	2.200	3.300	31
Total		1.928.005	3.855.380	5.783.385	53.979

Em 15 de outubro de 2012, a BNDESPAR converteu 13.747.814 ONs em PNs e um acionista minoritário converteu 2 ONs em PNs.

Durante o exercício de 2012, mais 37.189 ONs foram convertidas em PNs.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era de R\$1.017.557, distribuído conforme o quadro de acionistas abaixo:

RENOVA ENERGIA	Ações	Ações ON		Ações PN		% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	64,62%	-	0,00%	101.123.594	43,98%
RR Participações	50.561.797	32,31%	-	0,00%	50.561.797	21,99%
Light	50.561.797	32,31%	-	0,00%	50.561.797	21,99%
Outros Acionistas	55.345.801	35,38%	73.445.134	100,00%	128.790.935	56,02%
RR Participações*	18.892.107	12,07%	573.416	0,78%	19.465.523	8,47%
BNDESPAR	9.311.425	5,95%	18.622.850	25,36%	27.934.275	12,15%
InfraBrasil	11.651.467	7,45%	23.302.933	31,73%	34.954.400	15,20%
Santander	2.281.404	1,46%	4.562.808	6,21%	6.844.212	2,98%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	3,50%	10.940.586	14,90%	16.410.879	7,14%
FIP Santa Barbara	4.666.932	2,98%	9.333.860	12,71%	14.000.792	6,09%
Outros	3.072.173	1,97%	6.108.681	8,31%	9.180.854	3,99%
Total	156.469.395	100,00%	73.445.134	100,00%	229.914.529	100,00%

^{*} Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O valor excedente à importância destinada ao Aumento de Capital, no valor total de R\$1.099,70 (Um mil e noventa e nove reais e setenta centavos), apurado pela diferença entre o preço mínimo de emissão e o preço de venda de *Units* no Leilão, foi contabilizado em conta de Reserva de Capital.

b) Custos na emissão de ações

	Controladora					
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011			
Custos na emissão de ações	(36.112)	(34.241)	(13.686)			

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de abertura de capital (IPO) ocorrida em julho de 2010, no valor de R\$13.686, aumento de capital através do novo investidor Light Energia ocorrida em setembro de 2011, no valor de R\$20.555 e gastos no valor de R\$1.871 com a operação de aumento de capital através da nova investidora BNDESPAR ocorrida em setembro de 2012.

c) Reservas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu a reserva de capital apresentada a seguir:

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito do reconhecimento do custo dos serviços prestados em seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso na Oferta Publica Inicial (IPO) e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem provisões de ações já outorgadas como também o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 26.

d) Dividendos

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

constituição da Reserva Legal; e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

22. Receita operacional líquida

		Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
	MWh*	MWh*	R\$/mil	R\$/mil	
Geração/disponibilização energia					
Suprimento de energia elétrica - PCHs	224.434	224.434	41.484	37.938	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	556.260	-	93.640	-	-
(-) Deduções da Receita	-	-	(19.626)	(1.385)	-
Ressarcimento CCEE/ELETROBRAS	(211.936)	-	(15.206)	-	-
COFINS	-	-	(3.633)	(1.138)	-
PIS	-	-	(787)	(247)	-
	568.758	224.434	115.498	36.553	-
Outras receitas					
Operações - solar	-	-	160	-	160
(-) Deduções da receita	-	-	(19)	-	(19)
COFINS	-	-	(12)	-	(12)
PIS	-	-	(3)	-	(3)
ISS	-	-	(3)	-	(3)
ICMS	-	-	(1)	-	(1)
	568.758	224.434	115.639	36.553	141

^(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

23. Gastos operacionais

	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total
				(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Tusd - Tarifa de uso do sistema de distribuição	5.393	-	5.393	1.074	-	1.074
Taxa de Fiscalização	87		87	81		81
	5.480		5.480	1.155		1.155
Pessoal, Administradores	_	8.125	8.125	-	6.237	6.237
Despesa reconhecida referente a pagamentos						
baseados em ações	-	2.025	2.025	-	14.633	14.633
Serviços de Terceiros	3.607	21.959	25.566	3.143	9.838	12.981
Aluguéis e Arrendamentos	4.101	1.000	5.101	-	3.159	3.159
Viagens	-	3.120	3.120	-	1.514	1.514
Depreciação	32.942	781	33.723	5.667	1.190	6.857
Projetos descontinuados	-	1.887	1.887	-	-	-
Seguros	1.692	165	1.857	520	147	667
Telefonia e TI	-	1.556	1.556	98	882	980
Material de Uso e Consumo	-	705	705	-	425	425
Custo dos produtos vendidos	97	-	97	-	-	-
Outras	899	2.815	3.714	307	2.194	2.501
	43.338	44.138	87.476	9.735	40.219	49.954
Total	48.818	44.138	92.956	10.890	40.219	51.109

Controladora

		31/12/2012		31/12/2011
	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	Despesas operacionais
				(reapresentado)
Pessoal, Administradores	-	8.125	8.125	6.237
Despesa reconhecida referente a				
pagamentos baseados em ações	-	2.025	2.025	14.633
Serviços de Terceiros	-	19.581	19.581	8.867
Aluguéis e Arrendamentos	-	1.000	1.000	1.393
Viagens	-	2.992	2.992	1.428
Depreciação	1.315	774	2.089	1.183
Projetos descontinuados	-	1.887	1.887	-
Seguros	-	165	165	147
Telefonia e TI	-	1.487	1.487	866
Material de Uso e Consumo	-	659	659	416
Custo dos produtos vendidos	97	-	97	-
Outras		2.199	2.199	1.805
Total	1.412	40.894	42.306	36.975

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

24. Resultado financeiro

	Conso	olidado	Contro	oladora
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	26.126	19.905	18.906	15.680
Juros recebidos - mútuo	2	10	1.917	1.070
Juros recebidos	-	77	-	1
Descontos obtidos	1.240	39	594	9
Variação monetária	55	47	55	47
	27.423	20.078	21.472	16.807
Despesas financeiras				
Juros	(243)	(67)	(77)	(10)
Juros - mútuo	-	-	(695)	(657)
Encargos da dívida	(46.781)	(13.788)	(5.757)	(3.576)
IOF	(1.354)	(945)	(872)	(98)
Despesas bancárias	(107)	(110)	(14)	(32)
Outras despesas financeiras	(1.509)		(71)	
	(49.994)	(14.910)	(7.486)	(4.373)
Total	(22.571)	5.168	13.986	12.434

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social

		Consolidado				
	Imposto	de renda	Contribui	ção social		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Receita operacional bruta	135.124	37.938	135.124	37.938		
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%		
Base de cálculo presumida IRPJ e CSLL	(10.810)	(3.035)	(16.215)	(4.553)		
Ajustes para refletir a alíquota efetiva						
Outras receitas	(6.615)	(4.731)	(6.615)	(4.731)		
Base de cálculo ajustada de IRPJ e CSLL	(17.425)	(7.766)	(22.830)	(9.284)		
Alíquota efetiva	25%	24%	9%	9%		
Cálculo IRPJ e CSLL	(4.356)	(1.853)	(2.147)	(844)		
Desconto excedente R\$240 ano	24	24		_		
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.332)	(1.829)	(2.147)	(844)		

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro abaixo para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais de imposto de renda	95.632	68.758
Base negativa de contribuição social	95.632	68.758

A memória de cálculo do imposto de renda e contribuição social corrente da controladora está abaixo demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Contro	ladora
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.531)	(13.573)
<u>Diferenças permanentes</u>		
Resultado de equivalência patrimonial	(20.648)	(10.968)
Total	(28.179)	(24.541)
<u>Diferenças temporárias</u>		
Adições		
Despesas não dedutíveis	1.151	510
Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações	2.025	14.633
Total de adições	3.176	15.143
Exclusões		
Gastos na emissão de ações	(1.871)	(20.555)
Total de exclusões	(1.871)	(20.555)
Prejuízo fiscal do exercício	(26.874)	(29.953)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(68.758)	(38.805)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(95.632)	(68.758)

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se às controladas Espra (regime de lucro presumido) e aos 14 parques eólicos em operação (regime de lucro presumido) e sobre as receitas financeiras de algumas das coligadas, que embora possuam regime de lucro presumido, conforme a regra, as receitas auferidas provenientes de operações financeiras foram calculadas na regra do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

26. Transações com partes relacionadas

		Consolidado							Controladora			
	Resultado	Resultado	Despesa			At	ivo	Pas	sivo	Resultado	Resultado	Despesa
	financeiro	financeiro	operacional							financeiro	financeiro	operacional
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	Vigê		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
				Início	Fim							
RR	2	10	-	27/05/2009	28/12/2013	-	244	-	-	2	10	-
Enerbras	-	-	-	02/01/2008	28/12/2013	-	10	-	-	1	-	-
Espra	-	-	-	10/07/2009	28/12/2013	-	-	12.562	12.087	(695)	(657)	-
CE Pajeú do Vento				27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	72	-
Renova PCH	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	20	7	-	-	-	-	-
Nova Renova Energia	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	17	8	-	-	-	-	-
Bahia Eólica	-	-	-	17/10/2011	31/12/2012	8.579	8.046	-	-	502	22	-
Salvador Eólica	-	-	-	27/05/2011	31/12/2012	16.644	15.695	-	-	946	502	-
CE Alvorada	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	34	-
CE Planaltina	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	78	-
CE Rio Verde	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	98	-
CE Guirapá	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	88	-
CE N S Conceição	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	85	-
CE Guanambi	-	-	-	27/05/2011	27/05/2012	-	-	-	-	-	72	-
Renova Eólica	-	-	-	15/09/2009	31/12/2013	22	8	-	-	-	-	-
CE Serra do Espinhaço	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	163	-	-	5	1	-
CE Ametista	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	151	-	-	4	1	-
CE Borgo	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	144	-	-	4	1	-
CE Botuquara	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	10	6	-	-	-	-	-
CE Caetité	-	-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	175	-	-	5	1	-
CE Dourados	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	159	-	-	4	1	-
CE Espigão		-	-	25/09/2009	31/12/2013	-	175	-		5	1	
CE Itaparica	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	10	6	-	-	-	-	-
CE Maron	-	-	-	30/04/2010	30/04/2012	-	153	-	-	4	1	-
CE Pelourinho	-	-	-	30/04/2010	30/04/2013	-	144	-	-	4	1	-
CE Pilões	-	-	-	25/09/2009	25/09/2012	-	172	-	-	5	1	-
CE São Salvador		-	-	25/09/2009	31/12/2013	12	7	-		-	-	
CE Tanque		-		25/10/2012	30/04/2013	17.147	-			164	-	
CE Seraíma	-	-	-	14/12/2012	30/04/2013	329	-	-	-	1	-	-
CE Morrão	-	-	-	21/12/2012	30/04/2013	6	-	-	-	-	-	-
CE Araças	-	-	-	14/12/2012	30/04/2013	297	-	-	-	1	-	-
CE da Prata	-	-	-	25/10/2012	30/04/2013	12.605	-	_	-	118		-
CE Ventos do Nordeste	-	-	-	25/10/2012	30/04/2013	14.566	-	_	-	142		-
Light Esco	-	-	7.500	-	-	-	-	_	-	-		7.500
Total	2	10	7.500			70.264	25.473	12.562	12.087	1.222	413	7.500
											$\overline{}$	

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas.

Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia é que esses valores só sejam realizados no longo prazo. O montante de receita com juros sobre mútuo no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$2 e em 31 de dezembro de 2011, R\$10.

O valor de R\$7.500 pagos à Light Esco refere-se ao serviço de comissão de intermediação de algumas operações de comercialização.

Contas a receber e a pagar

Contas a receber – correspondem a mútuos realizados com as coligadas e controladas conforme descrito no quadro. Esses mútuos foram realizados para suprir necessidade de caixa dessas empresas.

Contas a pagar – o mútuo realizado com a coligada Espra foi realizado para suprir necessidade de caixa.

Para ambos os saldos (a receber e a pagar), o valor devido está sujeito a correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% os quais não serão capitalizados.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.602 e R\$2.015, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária paga pela Companhia no exercício acumulado.

	Controladora					
2012	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária	Total			
Número de membros	2	5	7			
Remuneração fixa acumulada	196	1.726	1.922			
Salário ou pró-labore	164	1.726	1.890			
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a			
Remuneração por participação em comitê	32	n/a	32			
Remuneração variável	n/a	4.053	4.053			
Bônus	n/a	680	680			
Pagamento baseado em ações	n/a	3.373	3.373			
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a			
Valor total da remuneração por órgão	196	5.779	5.975			

Remuneração média mensal do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

	Controladora	ì
2012	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária
Número de membros	2	5
Valor da maior remuneração individual	10	40
Valor da menor remuneração individual	4	25
Valor médio de remuneração individual	7	33

^(*) a Companhia possui ainda 5 Conselheiros que não possuem remuneração.

Plano de Opção de Compra de Ações

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76 e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. O Plano tem como principal objetivo atrair profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. O Plano de Opção de Compra estabelece que seja elegível como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações, os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado em cada data dos seguintes marcos:

10% na assinatura do contrato de venda de energia

20% na assinatura do financiamento para construção do projeto

20% na data de entrada em operação do projeto

50% após um ano da entrada em operação do projeto

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 a quantidade total de opções outorgadas e integralizadas no capital social da Companhia são de 2.805.558 ações, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais. Essas ações foram integralizadas ao valor de R\$0,34 por *unit* (uma ação ordinária e duas ações preferenciais).

A Companhia tem ainda 187.500 ações, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, outorgadas aguardando o período de *vesting*.

Abaixo apresentamos os valores registrados e reconhecidos do custo do serviço prestado já outorgados e valores que foram provisionados de ações ainda não outorgadas de acordo com as melhores estimativas calculadas pela Administração:

Outorgadas	Units	Valor do serviço - R\$/mil
LER 2009	287.475	8.015
LER 2010	27.272	733
LEN 2011	10.498	333
Controladora	609.941	16.658
Total	935.186	25.739
Não outorgadas (estimativa)	Units	Valor do serviço - R\$/mil
LER 2009	362.378	10.654
LER 2010	366.805	10.784
LEN 2011	173.415	5.098
Total	902.598	26.536

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Detalhamento dos registros dos serviços prestados por projeto:

		LER 2	2009	
			Valor Total	Data outorga
	Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	e vesting
na assinatura do contrato de venda de energia	53.385	26,86	1.434	15/08/2011
na assinatura do financiamento para construção do projeto	106.771	26,86	2.868	15/08/2011
na data de entrada em operação do projeto	127.319	29,16	3.713	26/11/2012
após um ano da entrada em operação do projeto	362.378	29,40	10.654	previsto 2013
	649.853		18.669	
		LER 2		_
			Valor Total	Data outorga
	Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	e vesting
na assinatura do contrato de venda de energia	27.272	26,86	733	15/08/2011
na assinatura do financiamento para construção do projeto	72.772	29,40	2.139	previsto 2013
na data de entrada em operação do projeto	78.693	29,40	2.314	previsto 2013
após um ano da entrada em operação do projeto	215.340	29,40	6.331	previsto 2014
	394.077		11.517	
		LEN	2011	
			Valor Total	Data outorga
	Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	e vesting
na assinatura do contrato de venda de energia	10.498	31,76	333	30/05/2012
na assinatura do financiamento para construção do projeto	34.106	29,40	1.003	previsto 2013
na data de entrada em operação do projeto	37.841	29,40	1.113	previsto 2013
após um ano da entrada em operação do projeto	101.468	29,40	2.983	previsto 2014
	183.913		5.432	
	na assinatura do financiamento para construção do projeto na data de entrada em operação do projeto após um ano da entrada em operação do projeto na assinatura do contrato de venda de energia na assinatura do financiamento para construção do projeto na data de entrada em operação do projeto após um ano da entrada em operação do projeto na assinatura do contrato de venda de energia na assinatura do financiamento para construção do projeto na data de entrada em operação do projeto	na assinatura do contrato de venda de energia na assinatura do financiamento para construção do projeto 106.771 na data de entrada em operação do projeto 2127.319 após um ano da entrada em operação do projeto 362.378 649.853 Qtde units na assinatura do contrato de venda de energia na assinatura do financiamento para construção do projeto na data de entrada em operação do projeto 215.340 394.077 Qtde units na assinatura do contrato de venda de energia após um ano da entrada em operação do projeto 106.771 127.319 27.272 127.272 127.272 127.273 28.693 294.077 Qtde units 106.498 107.498 108.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498 109.498	na assinatura do contrato de venda de energia 53.385 26.86 na assinatura do financiamento para construção do projeto 106.771 26.86 na data de entrada em operação do projeto 127.319 29,16 após um ano da entrada em operação do projeto 362.378 29,40 649.853 649.853 ELER 3 na assinatura do contrato de venda de energia 27.272 26,86 na assinatura do financiamento para construção do projeto 72.772 29,40 na data de entrada em operação do projeto 78.693 29,40 após um ano da entrada em operação do projeto 394.077 215.340 29,40 assinatura do contrato de venda de energia 10.498 31,76 31,76 na assinatura do financiamento para construção do projeto 34.106 29,40 na assinatura do financiamento para construção do projeto 37.841 29,40 na data de entrada em operação do projeto 37.841 29,40 na data de entrada em operação do projeto 37.841 29,40	na assinatura do contrato de venda de energia 53.385 26,86 1.434 na assinatura do financiamento para construção do projeto 106.771 26,86 2.868 na data de entrada em operação do projeto 127.319 29,16 3.713 após um ano da entrada em operação do projeto 362.378 29,40 10.654 649.853 286 18.669 na assinatura do contrato de venda de energia 27.272 26,86 733 na assinatura do financiamento para construção do projeto 72.772 29,40 2.139 na data de entrada em operação do projeto 78.693 29,40 2.314 após um ano da entrada em operação do projeto 78.693 29,40 6.331 após um ano da entrada em operação do projeto 215.340 29,40 6.331 394.077 215.340 29,40 6.331 na assinatura do contrato de venda de energia 0,40 2.15,17 na assinatura do contrato de venda de energia 10.498 31,76 333 na assinatura do financiamento para construção do projeto 34.106 29,40 1.003

A Companhia ainda distribuiu as seguintes ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordo com executivo chave:

	Controladora			
	·		Valor Total	Data outorga
	Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	e vesting
Sucesso Oferta Publica Inicial (IPO)	360.051	24,78	8.922	14/02/2011
Sucesso Oferta Publica Inicial (IPO)	125.000	32,96	4.120	04/04/2011
Acordo executivo chave	48.000	33,15	1.591	09/06/2011
Acordo executivo chave	22.890	25,35	580	26/01/2012
Acordo executivo chave	54.000	26,76	1.445	01/03/2012
	609.941		16.658	

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Efeitos da contabilização do plano de opção de compra de ações na Controladora e controladas:

	R\$/mil		
	31/12/2012	31/12/2011	
Na controladora:			
Resultado do exercício	2.025	14.633	
Patrimônio líquido	2.025	14.633	
Nas controladas:			
Imobilizado	536	35.080	
Patrimônio líquido	536	35.080	
Consolidado			
Imobilizado	35.616	35.080	
Resultado do exercício	2.025	14.633	
Patrimônio líquido	52.274	49.713	

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor	justo	Valor Co	ontábil
Ativos financeiros	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	608.122	389.846	608.122	389.846
Contas a receber de clientes	21.309	5.152	21.309	5.152
Adiantamentos a fornecedores	4.310	13.479	4.310	13.479
Cauções e depósitos vinculados	25.403	40	25.403	40
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	82.791	11.875	82.791	11.875
Partes relacionadas	-	244	-	244
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	159.391	19.566	159.391	19.566
Empréstimos e financiamentos	198.201	155.345	198.201	155.345
Não circulante				
Debêntures	307.257	-	305.195	-
Empréstimos e financiamentos	1.010.202	759.460	1.000.126	753.870

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Controladora					
	Valor	justo	Valor C	ontábil		
Ativos financeiros	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	384.006	254.459	384.006	254.459		
Contas a receber de clientes	157	-	157	-		
Adiantamentos a fornecedores	2.746	4.701	2.746	4.701		
Cauções e depósitos vinculados	40	40	40	40		
Partes relacionadas	-	-	-	-		
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	451	449	451	449		
Partes relacionadas	70.264	25.473	70.264	25.473		
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	5.615	2.059	5.615	2.059		
Empréstimos e financiamentos	-	151.031	-	150.440		
Não circulante						
Debêntures	307.257	-	305.195	-		
Partes relacionadas	12.562	12.087	12.562	12.087		

b. Categorias de instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

					Conso	lidado					
			31/12/2012			31/12/2011					
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebiveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	-	608.122	-	-	608.122	-	389.846	-	-	389.846	
Contas a receber de clientes	21.309	-	-	-	21.309	5.152	-	-	-	5.152	
Adiantamento a fornecedores	4.310	-	-	-	4.310	13.479	-	-	-	13.479	
Cauções e depósitos vinculados	-	-	25.403	-	25.403	-	-	40	-	40	
Não circulante											
Cauções e depósitos vinculados	-	-	82.791	-	82.791	-	-	11.875	-	11.875	
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	244	-	-	-	244	
Passivos Financeiros											
Circulante											
Fornecedores	-	-	-	159.391	159.391	-	-	-	19.566	19.566	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	198.201	198.201	-	-	-	155.345	155.345	
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.000.126	1.000.126	-	-	-	753.870	753.870	
Debêntures		-	-	305.195	305.195	-	-	-	-	-	

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

					Control	ladora				
	,		31/12/2012					31/12/2011		,
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	-	384.006	-	-	384.006	-	254.459	-	-	254.459
Contas a receber de clientes	157	-	-	-	157	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	2.746	-	-	-	2.746	4.701	-	-	-	4.701
Cauções e depósitos vinculados	-	-	40	-	40	-	-	40	-	40
Não circulante										
Cauções e depósitos vinculados	-	-	451	-	451	-	-	449	-	449
Partes relacionadas	70.264	-	-	-	70.264	25.473	-	-	-	25.473
Passivos Financeiros										
Circulante										
Fornecedores	-		-	5.615	5.615	-		-	2.059	2.059
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	150.440	150.440
Não circulante										
Debêntures	-	-	-	305.195	305.195	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	12.562	12.562	-	-	-	12.087	12.087

c. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 17, possuem contrapartes o BNB, BNDES e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP e Taxa pré-fixada.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o IGP-M, CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

d. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012	D: 1 @D!	6,90%	6,90%	6,90%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	604.638	604.638	604.638
Taxa anual estimada do CDI para 2013 Efeito anual nas aplicações financeiras:		7,25%	5,44%	3,63%
Redução		_	(8.991)	(20.134)
Aumento		2.152	-	(20.13 1)
		Cenário I -	Cenário II -	Cenário III -
		Cenário	deterioração	deterioração
Operação	Risco	Provável	de 25%	de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012		6,90%	6,90%	6,90%
Empréstimos: DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	307.257	307.257	307.257
Taxa anual estimada do CDI para 2013	Alla do CDI	7,25%	9.06%	10,88%
Efeito anual nos empréstimos:		7,2370	2,0070	10,0070
Aumento		1.328	8.203	15.078
		Cenário I -	Cenário II -	Cenário III -
		Cenário	deterioração	deterioração
Operação	Risco	Provável	de 25%	de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012 Empréstimos:		5,50%	5,50%	5,50%
BNDES - LP_ LER 2009	Alta da TJLP	949.525	949.525	949.525
BNDES - CP_ LER 2010 e LEN 2011	Alta da TJLP	150.270	150.270	150.270
Taxa anual estimada da TJLP para 2013		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito anual nos empréstimos:				
Redução		(5.499)		
Aumento			8.248	21.996

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 7,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (5,44% a.a.) e 50% (3,63% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (9,06%) e 50% (10,88%).

Para os empréstimos, financiamentos vinculados à TJLP a Companhia e suas Controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o primeiro trimestre de 2013 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 5%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (6,25%) e 50% (7,50%). Observa-se que o *spread* médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 101,7% do CDI nas as aplicações financeiras; (ii) 1,99% + TJLP para os empréstimos com BNDES; e (iii) 123,45% do CDI para as debêntures.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade, referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação a taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2012.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

e. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada e controladora em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro a seguir.

		Consolidado					
	Total	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano a	Mais de 5		
Instrumentos a taxa de juros		meses	a 1 ano	5 anos	anos		
Pré fixadas							
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	1.105.470	-	197.285	298.812	609.373		
Pós Fixadas							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	578.241	-	-	134.386	443.855		
			Cons	olidado			
			31/12	2/2011			
	Total	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano a	Mais de 5		
Instrumentos a taxa de juros	10181	meses	a 1 ano	5 anos	anos		
Pré fixadas							
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	1.530.457	158.649	11.314	410.430	950.064		

f. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Valor contábil						
		Consc	olidado	Contr	oladora		
Ativos financeiros	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	608.122	389.846	384.006	254.459		
Contas a receber de clientes	8	21.309	5.152	157	-		
Cauções e depósitos vinculados	11	25.403	40	40	40		
Não circulante							
Cauções e depósitos vinculados	11	82.791	11.875	451	449		

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra fonte de risco de crédito é associada à aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

g. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

h. Gestão de capital

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011		
Dívida de financiamentos e empréstimos	1.503.522	909.215		
(-) Caixa e equivalentes de caixa	608.122	389.846		
Dívida líquida	895.400	519.369		
Patrimônio líquido	991.397	681.954		
Capital social	981.445	668.547		
Índice de alavancagem financeira - %	91%	78%		

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

j. Risco da escassez hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. gera energia por meio de usinas hidrelétricas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, a Administração estabelece contratos de seguro para mitigar parte deste risco.

28. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Cons olidado		Contr	roladora
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	(6.017)	(12.061)	(7.531)	(13.573)
Lucro por ação básico:				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	211.548	161.844	211.548	161.844
Lucro por ação básico (em R\$)	(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)
Lucro por ação diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	211.548	161.844	211.548	161.844
Efeito dilutível das opções de compra de ações (em milhares)	2.895	144	2.895	144
Total de ações aplicáveis à diluição (em milhares)	214.443	161.988	214.443	161.988
Lucro por ação diluído (em R\$)	(0,03)	(0,07)	(0,04)	(0,08)

29. Cobertura de Seguros

A controladora e as controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, portanto, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Riscos de Geração, construção e transmissão:

Operação								
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigé	encia	Segurado				
	importancia Segurada	Início	Fim	Segurado				
Riscos Operacionais - LER 2009	R\$ 1.287.348	11/06/2012	01/07/2013	Renova Energia				
Responsabilidade Civil – Operacional LER 2009	R\$ 10.000	28/06/2012	28/06/2013	Renova Energia				
Garantia - Obrigações Contratuais	R\$ 183	08/09/2012	08/09/2013	COELBA				
Riscos Operacionais	R\$ 185.304	25/09/2012	25/09/2013	ESPRA				
Responsabilidade Civil	R\$ 20.000	25/09/2012	25/09/2013	ESPRA				

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Construção								
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigo	ència	Segurado				
Objeto ta Gai antia	importancia Segui aua	Início	Fim	Segui ado				
Garantia Executante Construtor (LER 2009)	R\$ 48.519	01/10/2012	01/02/2014	ANEEL				
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LER 2010	R\$ 29.470	06/12/2012	01/12/2013	ANEEL				
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LEN 2011	R\$ 41.193	05/12/2011	01/06/2014	ANEEL				
Risco de Engenharia / ALOP (LER 2010)	R\$ 672.254	29/11/2012	01/09/2013	ANEEL				
Risco de Engenharia / ALOP (LEN 2011)	R\$ 785.586	29/11/2012	01/09/2013	ANEEL				
Responsabilidade Civil - LER 2010	R\$ 20.000	29/11/2012	01/09/2013	Renova Energia				
Responsabilidade Civil - LEN 2011	R\$ 20.000	29/11/2012	01/05/2014	Renova Energia				
Transporte / Delay Start Up (Projeto LER 2010 / LEN 2011)	R\$ 801.500	30/11/2012	01/05/2014	Renova Energia				
Garantia de Concorrência (BID - A5 - 2012) - São Salvador	R\$ 629	03/12/2012	01/06/2013	CCEE				

Administração e Portifólio									
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	Segurado						
0 - 3 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 1		Início Fim	~ -8						
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 30.000	18/12/2012 18/12/201	3 Renova Energia						
Seguro de Responsabilidade Civil para Oferta Pública de Ações – POSI	R\$ 25.000	07/07/2010 07/07/201	3 Renova Energia						
Seguro Escritório - Filiais	R\$ 2.250	19/11/2012 19/11/201	3 Renova Energia						
Seguro Escritório - Sede	R\$ 3.000	07/11/2012 07/11/201	3 Renova Energia						
Garantia de Registro - PB - PCH	R\$ 412	15/07/2011 15/08/201	3 ANEEL						
Garantia de Registro - PB - PCH Sucuriu	R\$ 225	01/11/2011 01/11/201	3 ANEEL						
Garantia de Registro - PB - PCH Figueirinha II	R\$ 197	03/12/2011 03/12/201	4 ANEEL						
Garantia de Registro - PB - PCH Taquarizinho	R\$ 245	12/08/2012 12/08/201	3 ANEEL						
Garantia de Registro - PB - PCH Açungui	R\$ 916	13/08/2012 14/08/201	4 ANEEL						
Garantia ICGLEN 2011 - 1ª Fase	R\$ 5.560	10/08/2012 03/04/201	3 ANEEL						
Garantia ICG LEN 2011 - 2ª Fase	R\$ 5.560	23/08/2012 01/12/201	4 ANEEL						

30. Compromissos de capital

A controladora e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	após 2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	169.963	85.758	118.891	121.318	125.817	1.172.932
Compra de energia elétrica (ressarcimento)	4.714	2.188	2.188	2.188	2.188	-
Construção civil LER 2010 e LEN 2011	147.742	36.935	-	-	-	-
Fornecimento de máquinas LER 2010 e LEN 2011	766.594	191.648	_	_	_	-

Em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

31. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Contro	ladora
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Encargos financeiros capitalizados	33.474	39.840	4.034	15.093
Dividendos propostos de controladas	-	-	(15.310)	(11.921)
Integralização de capital com despesas de pagamento baseado em ações (imobilizado em curso)	536	35.080	536	35.080
Integralização de capital com despesas de pagamento baseado em ações (imobilizado em serviço)	-	-	-	-
Integralização de capital em controladas com mútuos	-	-	2.908	-
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	-	143.934	40.180	143.934
Integralização de capital em controladas com adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	4.747

* * *

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto Diretor Presidente Pedro V.B. Pileggi Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios

Pedro V.B. Pileggi Diretor Financeiro, de Controladoria, de Planejamento e de Administração* Luiz Eduardo Bittencourt Freitas Diretor Jurídico e Regulatório

Alexandre Nogueira Machado Diretor de Engenharia e Construção e Diretor de Operações Ney Maron de Freitas Diretor de Meio Ambiente

Reinaldo Silveira Contador CRC 014311-0/0-S- SP

^{*}interinamente.